

Instituto Superior Miguel Torga
Escola Superior de Altos Estudos

Vânia Isabel Monteiro Grosso

Na condição de Prostituta, que Redes de Suporte Social?

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, com
especialização na área da Psicoterapia e Psicologia Clínica,
apresentada ao ISMT e elaborada sob a orientação
da Professora Doutora Esmeralda Macedo.

Coimbra

2009

Agradecimentos

A nível científico e profissional, tive o grande privilégio de beneficiar do trabalho de orientação da Professora Doutora Esmeralda Macedo, docente no Instituto Superior Miguel Torga em Coimbra.

Quero agradecer à equipa técnica da Associação Existências: ao Dr. Paulo Anjos, Presidente da Associação, que me possibilitou a entrada na Associação, à Dra. Ana Martins e ao Dr. Carlos Mota pela generosidade com que me receberam nas equipas de rua, e especialmente ao Dr. Luís Conde por disponibilizar toda a sua experiência e saber para o desenvolvimento e aperfeiçoamento desta tese, acreditando nas suas potencialidades.

A nível estatístico, contei com a ajuda da Professora Helena Amaro que me auxiliou no tratamento dos dados.

À minha família pela compreensão e apoio.

A todos quantos directa ou indirectamente com a sua ajuda e boa vontade tornaram possível esta dissertação de Mestrado.

Resumo

As definições tradicionais de prostituição tendem a enfatizar três aspectos: a existência de uma interacção de tipo sexual, a existência de uma retribuição económica por essa interacção e a existência de indiferença afectiva entre as partes envolvidas, isto é entre cliente e prostituta (Machado & Gonçalves, 2002)

O conceito de “rede” tem surgido recentemente nos mais diversos domínios e com inúmeras designações associadas, pelo que pode falar-se de redes em áreas e aplicações tão diversas, pois é usado para “designar uma grande variedade de objectos e de fenómenos”. Os vínculos numa rede primária são, assim, essencialmente de natureza afectiva, não havendo qualquer formalidade na relação. Já as redes secundárias reportam-nos aos membros da nossa rede com os quais estabelecemos relações num contexto formal e com objectivos funcionais (Guadalupe, 2009)

Tendo em conta o objecto de estudo, pretende-se com este trabalho de pesquisa, perceber quais as redes de suporte desta população, bem como a eficácia da rede em relação aos vínculos afectivos. Podemos assim apurar que relativamente às redes de suporte primárias estas prostitutas têm mais perto de si os seus companheiros e em seguida os seus filhos, mantendo, 29.4 % uma boa relação com a sua família e uma percentagem igual uma má relação familiar. Relativamente às redes de suporte secundárias, uma parte desta população recorre a políticas sociais activas, implementadas pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social operacionalizadas pela Segurança Social de Coimbra para o apoio social. Ao nível da intervenção social directa, recorrem à Associação Existências para o apoio emocional, psicossocial e de aconselhamento em contexto de gabinete ou em contexto outreach.

Palavras-chave: prostituição, redes de suporte social (primárias e secundárias)

Abstract

The traditional definitions of prostitution tend to emphasize three aspects: the existence of sexual interaction, the existence of a payment for that interaction and the existence of an affective indifference between both parts, that is, between client and prostitute (Machado & Gonçalves, 2002).

The concept of “network” has recently emerged in various domains and with many associated designations, so we can refer to networks in many different fields and applications since it is used to “designate a great variety of objects and phenomena”. The links in a primary network are mostly of affective nature, without any relationship formality. Secondary networks refer to members of our network, with whom we establish relationships in a formal context and with functional purposes (Guadalupe, 2009).

Regarding the object of study, through this research, we intend to understand which networks of support there are for this population as well as the effectiveness of the network regarding the affective bonds. Therefore we can verify that, in what primary support networks are concerned, these prostitutes have their partners and then their children near them, 29.4% maintain a good relationship with their family and an equal percentage maintains a bad family relationship. Regarding secondary support networks, a part of this population makes use of active social politics, implemented by the Ministry of Labor and Social Security and applied by Coimbra’s Social Security for social support. Regarding direct social intervention, they turn to the “*Existências*” Association for emotional and psychosocial support and to get office or outreach counseling.

Keywords: prostitution, social support networks (primary and secondary)

Lista de Siglas

IST's - Infecções Sexualmente Transmissíveis

VIH - Vírus da Imunodeficiência Humana

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis

SIDA - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

SPSS - (Statistical Package for the Social Sciences)

Lista de tabelas

Pág.

Tabela 1- Caracterização geral da amostra: Estado Civil e Escolaridade	29
Tabela 2- Caracterização geral da amostra: Idade, Média, Desvio Padrão e Moda	30
Tabela 3- Caracterização familiar: Número de filhos e filhos institucionalizados	31
Tabela 4- Caracterização profissional: experiência profissional	31
Tabela 5 - Caracterização profissional: elementos do agregado familiar e com quem vive	32
Tabela 6- Caracterização sócio – económica: autonomia financeira, nível económico e condições da habitação	34
Tabela 7- Prostituição: tempo de prostituição e satisfação com a actividade	35
Tabela 8- Prostituição: motivação para a actividade	36
Tabela 9- Prostituição: condições para o abandono da actividade	37
Tabela 10- Prostituição: ganhos com a prostituição	37
Tabela 11- Clientes: como perspectiva dos clientes e idade dos clientes	38
Tabela 12- Dependências: bebe, fuma, consome drogas, tipo de droga e motivação para o 1º consumo	39
Tabela 13- Circunstâncias da agressão	41
Tabela 14- Contactos com o sistema judicial: contacto com o sistema de justiça e circunstâncias do contacto	41
Tabela 15- Serviços de saúde e apoio social: serviços de saúde, apoio social e Prevenção	42
Tabela 16- Associação Existências: apoio social, atendimento <i>outreach</i> , atendimento em gabinete, material preventivo e informativo, educação para a saúde e educação entre pares, facilitação de acesso a outras entidades, encaminhamentos, investigação / acção e apoio jurídico	43
Tabela 17: Correlação entre idade e número de elementos do agregado familiar	45
Tabela 18: Correlação entre idade e grau de escolaridade	45
Tabela 19: Correlação entre o número de elementos do agregado familiar e o tempo de prostituição	45
Tabela 20: Correlação entre o grau de relação com a família e o tempo de prostituição	45

<i>Lista de Gráficos</i>	<i>Pág.</i>
Gráfico 1- Caracterização geral da amostra: naturalidade	29
Gráfico 2- Caracterização familiar: existência de filhos	30
Gráfico 3- Caracterização profissional: situação profissional actual	32
Gráfico 4- Relação com a família em geral	33
Gráfico 5- Caracterização sócio – económica: tipo de residência	34
Gráfico 6- Agressões: já alguma vez foi agredida?	40
Gráfico 7- Satisfação com a Associação Existências	44

Índice

<i>I-</i>	Introdução-----	9
<i>II-</i>	Metodologia-----	28
<i>III-</i>	Apresentação dos resultados-----	29
<i>IV-</i>	Discussão dos resultados-----	46
<i>V-</i>	Conclusões-----	54
<i>VI-</i>	Referências Bibliográficas -----	55
<i>VII-</i>	Anexos-----	57

I- Introdução

Esta investigação intitulada: “Na condição de Prostituta, que Redes de Suporte Social?”, insere-se no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica, Ramo de Psicoterapia e Psicologia Clínica do Instituto Superior Miguel Torga, referente aos anos lectivos 2007/2009, tendo como objectivo, possibilitar a aquisição de competências técnicas e científicas especializadas por excelência na praxis da psicologia clínica.

A perspectiva do conhecimento surge como meio de trabalho e assim as bases teórico metodológicas tornam-se recursos essenciais que o psicólogo aprofunda para exercer o seu trabalho, contribuindo para iluminar a leitura da realidade.

Assim o conhecimento não é só uma mera ilustração, mas sim um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarificar o trabalho a ser implementado e de certa forma ser transversal a factores tais como: a transmissão de competências técnicas e aos princípios deontológicos específicos a cada modelo de relação psicoterapêutica. Não obstante ao já referenciado, torna-se de igual forma pertinente acrescentar que é necessário adquirir competências para o trabalho de equipa e para a reflexão crítica, sobre a prática profissional em diferentes contextos e níveis de intervenção. Deste modo, pretende-se desenvolver uma cultura de investigação clínica conceptual e empírica, caracterizada por rigor teórico, eficácia metodológica e eficiente aplicação dos resultados à prática clínica.

Começo por apresentar a Associação que me acolheu, para ser possível a realização desta dissertação. A Associação Existências é uma associação de Solidariedade Social, sem fins lucrativos. Tem como principal objectivo a promoção e protecção da saúde, tais como a prestação de cuidados preventivos, curativos e reabilitativos. Esta associação abrange todo o território nacional, podendo também actuar a nível internacional, tendo deste modo total autonomia administrativa e financeira.

Os principais objectivos desta associação prendem-se com promoção e protecção da saúde através do apoio à família e à comunidade; do apoio à integração sócio-profissional da população desfavorecida; da intervenção na população do meio prisional; da criação de soluções para problemáticas da sociedade como o apoio a crianças e jovens; da protecção dos cidadãos na velhice e invalidez, e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou capacidade de trabalho; da intervenção na pobreza e exclusão social; do apoio à integração social e comunitária; do apoio ao cidadão com deficiência; da educação e formação dos cidadãos e técnicos.

A Existências tem como missão a criação de: centros de dia e apoio domiciliário; creches e jardins infantis; formas de ocupação de tempos livres para jovens e crianças; comunidades terapêuticas; unidades de desabilitação; equipas moveis e de rua; equipas de intervenção social directa; equipas de redução de risco e minimização de danos; lares e residências; investigação; formação; centros de apoio social; projectos de desenvolvimento social e actividades comunitárias, recreativas, culturais e desportivas. A maior parte destas actividades são subsidiadas por entidades públicas, mas algumas são financiadas por projectos internos e privados da Associação.

Deste modo, e avançando para a temática, podemos dizer que: “A característica mais impressionante do corpo da prostituta é que não lhe pertence. Ela habita nele, mas é um cubículo que subaluga aos transeuntes. Decora-o, enfeita-o e oferece-o”. (Mauclair, 1817) A prostituição tem sido, ao longo dos anos, encarada de forma dupla, sendo simultaneamente alvo de recriminações e considerada útil. Tem-se assistido mesmo a movimentos de tolerância e de aceitação da prostituição intercaladas com atitudes condenatórias e tentativas de abolição. (Feminina, 2002)

No entanto, esta posição dupla e dúbia nem sempre esteve presente. Milhares de anos antes de Cristo existia no Médio Oriente uma forma de prostituição bastante diferente da actual, em que as sacerdotizas dos templos praticavam ritos sexuais em troca de oferendas. Existiam também mulheres que trabalhavam fora dos templos, o equivalente das prostitutas de rua actuais, e que eram igualmente consideradas sagradas. Estes ritos religiosos sexuais têm sido referidos como prostituição. Contudo, é passível de discussão considerá-las desta forma, pois a palavra prostituta não tinha então a carga pejorativa de hoje e os objectivos destas mulheres não eram estritamente comerciais. Esta conotação sagrada, associada ao trabalho sexual, fazia com que este fosse encarado como um valor positivo, socialmente integrado e útil, relativamente ao qual não existiam condenações nem estigmatizações. (Feminina, 2002)

Ao longo dos tempos, as referencias à prostituição são inúmeras, a história traz-nos os ecos das festas e orgias romanas, aliás, se “... Roma foi a admiração dos povos em grandeza, muito mais ainda o foi em libertinagem”; também da Grécia chega, relatos da existência de número considerável de prostitutas. Durante a idade média, e com a ascensão do Cristianismo, a prostituição era condenada e ao mesmo tempo considerada um mal necessário. Um pouco por toda a Europa vão surgindo diferentes correntes e formas de a

regulamentar. Também aqui na Lusitânia, e fazendo jus à denominada mais antiga profissão do mundo, há registos de existência de prostituição desde o tempo dos Iberos e dos Celtas. Foi D. Afonso Henriques, em 1170, que publicou a primeira formal repressão contra a prostituição, ordenando prisão às meretrizes, seguido de diferentes formas, desde castigos à pena capital, pelos reinantes que se seguiam. (Mauclair, 1817)

O amor entre marido e mulher devia ser suficientemente comedido. À mulher era negado o prazer, porque uma relação sexual no casal que pudesse despertar na mulher uma maior exaltação, poderia significar fazer dela uma prostituta.

Já no século XVII, a prostituição é regulamentada e colocada sob vigilância da autoridade do rei, torna-se também obrigatória a assistência médica para evitar a propagação de doenças. Mas o reinado de D. João V traz uma desmoralização cada vez mais acentuada fruto de luxo e fausto da corte. O Regulamento de *Braancamp*, de 1865, torna obrigatória e matrícula policial das prostitutas, sem contudo lhes consagrar quaisquer direitos políticos ou civis e isso era, talvez, o maior abuso cometido pela sociedade. Eram presas, perseguidas, deportadas, humilhadas e violentadas pelos agentes policiais, sofriam duplamente a violência da polícia sanitária e o horror das inspecções. Em finais do século XIX, surge um novo Regulamento da Policia Sanitária das mulheres prostitutas que obrigava a mulher prostituta a trazer sempre consigo o livrete sanitário, punível com multa em caso de não cumprimento. (Mauclair, 1817)

É também neste século que surgem os primeiros registos de meretrizes na Póvoa do Varzim. Segundo testemunhos locais eram respeitadas e não muito discriminadas como acontecia em alguns pontos do país. Efectivamente, usavam roupas mais provocantes e garbosas que as outras mulheres, mas respeitavam sempre as outras pessoas. Em 1962 decretou-se o encerramento de todas as casas de prostituição e o confisco dos seus bens. Claro que a prostituição em Portugal não acabou aqui, continuou a existir... legal e clandestinamente. Ainda hoje, na nossa sociedade, encontramos os dois tipos e a mesma discriminação de séculos e séculos de história. (Mauclair, 1817)

Em Portugal, a legislação a aplicar às prostitutas foi: (a) regulamentarista entre 1853 e 1962, isto é as actividades de prostituição e as prostitutas eram alvo de regulamentos minuciosos que determinavam, entre outros aspectos, que as prostitutas deviam possuir uma caderneta individual de identificação e ser sujeitas a exames médicos periódicos; (b) proibida durante a última parte do regime fascista português e os primeiros anos da democracia, em que era interditado o exercício da prostituição e a pena de prisão

era aplicada às infractoras; e, (c) despenalizada, desde 1983 até à actualidade, sendo o lenocínio criminalizado. (Feminina, 2002)

A prostituição em Portugal não é prevista por nenhuma lei específica, e é tolerada a título individual. Várias outras actividades relacionadas com a prostituição são crime em Portugal e largamente desaprovadas, como tráfico humano, proxenetismo e prostituição de crianças. Em meados da década de 2000 o número de prostitutas estimava-se em 28 mil, sendo pelo menos 50% estrangeiras. A prostituição tornou-se mais visível desde princípios da década de 1990 com uma prostituição onda migratória do Brasil e de países da Europa de Leste. Encontram-se facilmente serviços de prostituição em revistas, jornais e sites na *Internet*.

No nosso país, a prostituição ocorre em vários cenários distintos. Jovens prostitutas especialmente atraentes e dispendiosas, que se anunciam na *Internet* e nas bancas de jornais, podem ser encontradas facilmente nas maiores cidades e nas mais frequentadas estâncias turísticas. A prostituição pode também ter lugar no apartamento da prostituta, que se pode localizar em qualquer lugar, desde as áreas suburbanas até aos apartamentos de luxo na baixa das grandes cidades. Na prostituição de rua, a prostituta solícita clientes esperando em esquinas ou andando ao longo de uma rua. Ocorre prostituição em algumas salas de massagens, bares e discotecas. Há bordéis não - oficiais que são estabelecimentos especificamente virados para a prostituição, mas disfarçados de pensões ou restaurantes. Há uma forma de prostituição frequentemente disfarçada de agências de acompanhantes, que fornecem acompanhantes atraentes para ocasiões sociais.

Segundo, (Pessoa, 2006) “Nas cidades populosas a prostituição assumiu proporções horríveis. Os costumes corromperam-se como não havia exemplo em eras extintas. Essas cidades eram um vasto e infrene lupanar, uma orgia espantosíssima!... Muitos dos monarcas godos fomentavam pelo seu exemplo esta enorme dissolução. Raros eram os que se propunham diminuir-lhe os terríveis efeitos”.

Numa retrospectiva, constatamos que a prática da prostituição constitui uma constante na sociedade portuguesa desde os primórdios da nacionalidade, ora como actividade tolerada ou até aceite, ora combatida como estigma ou alvo de disposições condenatórias, impeditivas ou limitativas, vexatórias, segregativas, ou de marginalização ou exclusão, conforme as concepções ético-moralistas então dominantes, aos contextos político-sociais vigentes, às mutações culturais ou transformações sociais e económicas

surgidas, ou ainda por razões sanitárias devidas essencialmente à verificação de conjunturas endémicas, como surtos de epidemias. (Redentor, 2005)

A prostituição pode ser definida como a troca consciente de favores sexuais por interesses não sentimentais ou afectivos. Apesar de comumente a prostituição consistir numa relação de troca de sexo e dinheiro, esta não é uma regra. Pode-se trocar relações sexuais por favorecimento profissional, por bens materiais, por informação, etc. A prostituição caracteriza-se também pela venda do corpo, seja em filmes ou fotografias em que se deixam à mostra partes íntimas do corpo. Normalmente a prostituição é reprovada nas sociedades, devido a ser contra a moral dominante, à disseminação de doenças sexualmente transmissíveis (DST), e impacto negativo na estrutura da família (embora os clientes possam ou não ser casados).

A palavra “prostituir” vem do verbo latino *prostiture*, que significa expôr publicamente, pôr à venda, entregar à devassidão. Dela se deriva “prostituta”, para designar as cortesãs de Roma que se colocavam à entrada das casas de devassidão. O conceito de Prostituição tem variado segundo épocas, os povos e até sob o ponto de vista médico e jurídico.

Prostituta é uma das palavras que têm mistério. Porque para além dela está muito do proibido. Para nós todos. Mesmo para aqueles que querem pôr ao sol os seus conceitos - preconceitos. (Carmo & Fráguas, 2002)

Numa acepção lata, prostituição poderia englobar todos os tipos de práticas sexuais em que os seres humanos, em troca de recursos, remunerações ou compensações de vária ordem, disponibilizam o seu corpo para deleite sexual de outrem. Não obstante à persistência de alguma fluidez e ambiguidade nos diferentes tipos de intercâmbio sexual, cremos que, numa primeira aproximação analítica, dever-se-á assumir um conceito restrito de prostituição e sustentar que ela implica, pela parte da oferta, a disponibilização do corpo em troca de remuneração material designadamente monetária e, pelo lado da procura, a compra de serviços sexuais a troco de dinheiro, em regra e prioritariamente, para satisfação ou prazer sexual de parceiro/a indiscriminado. Para que se possa falar, em termos estritos, de prostituição torna-se necessária a presença do carácter mercantil do produto em termos de valor de troca e não apenas de simples valor de uso, distinção esta que, emprestada da conceptualização marxista, reveste relevância para os fins em vista. (Ribeiro, Silva, Schouten, Ribeiro, & Sacramento, 2008)

A prostituta ou prostituto, para o ser, terá, portanto, de produzir e comercializar os seus serviços como mercadorias, susceptíveis de facultar-lhe a si e aos demais operadores ora uma reprodução simples, em vista de subsistência, ora uma reprodução alargada em vista do lucro. (Ribeiro *et al.*, 2008)

A prostituição é hoje, um fenómeno social total na medida em que nele estão envoltos e imbricados múltiplos aspectos: biomédicos, económicos, sociais, jurídicos, psicológicos, políticos e ideológicos. A prostituição tem-se tornado um problema sociológico, na medida em que a sociedade e as próprias instituições não têm conseguido dar resposta nem solução a este velho e secular problema social. Para os cientistas sociais, a prostituição não é uma opção fácil de investigação, não só pela dificuldade de acesso aos próprios protagonistas como também pela eventuais ameaças e perigos que pode suscitar a partir do submundo fechado e subterrâneo, paralelo e/ou clandestino em que os seus organizadores operam. Com a prostituição imbricam-se amiúde, sobretudo em certos círculos perpassados dum normativismo religioso de cariz fortemente conservador, preconceitos e juízos éticos que tendem a identificar a prostituição como «vício e pecado». (Ribeiro *et al.*, 2008)

No que respeita às diferenças de estatuto entre os diversos tipos de prostitutas, Chapkis (1997) através de (Feminina, 2002), prefere dar relevância a outras questões. Refere que as *call girls* e as acompanhantes são as que estão em melhor posição de exercer o seu direito de escolher os clientes que querem, bem como de recusar serviços perigosos. Serão, ainda, estas as que mais facilmente conseguem transitar para outro emprego, depois de terem juntado uma certa quantia de dinheiro.

As prostitutas de rua têm características opostas a estas: são provenientes de classes sócio – economicamente mais desfavorecidas, têm mais idade, ganham menos dinheiro, estão mais sujeitas à perseguição da policia, em países em que a prostituição é proibida, como nos *EUA*, provêm de famílias disfuncionais, tiveram dificuldades de adaptação à escol, frequentemente foram alvo de internamento em instituições diversas, as suas reacções à primeira relação sexual comercial são, na maior parte das vezes, negativas e têm entre si uma maior percentagem de toxicodependentes. (Feminina, 2002)

Outras das características associadas à prostituição de rua é a extensa vitimização a que estão sujeitas. Raptos, violações, ataques, coacção para terem relações sexuais sem preservativo, roubos, furtos e tráfico constituem a violência a que a mulher que se prostitui

na rua está susceptível, sendo que estas agressões podem ser perpetradas quer por clientes, quer por chulos, quer por terceiros. (Feminina, 2002)

As prostitutas podem simplesmente dividir-se entre aquelas que exercem a sua actividade na rua e aquelas que o fazem noutros contextos, ou seja, entre as prostitutas de rua e as prostitutas de interior. Apesar de existir um grupo de prostitutas de interior cujas características se assemelham às das prostitutas de rua (em estatuto, características sócio – demográficas, relação com as drogas, autonomia no trabalho, entre outros) e de algumas destas mulheres não trabalharem exclusivamente em contextos de interior, mas também procederam ao agenciamento na rua, na maior parte delas observam-se, de facto, características distintas entre os grupos. (Feminina, 2002)

As principais diferenças entre estes dois grupos situar-se-ão, segundo (Weitzer, 2000), nos seguintes níveis:

- (a) Estatuto social. Existe uma hierarquia de estatutos na prostituição, como já referimos, tendo a prostituta de rua o estatuto mais baixo e o estigma mais forte. Dentro de uma mesma categoria também podem existir estratificações, por exemplo, nas prostitutas de rua, pode haver uma hierarquização por raça, por idade, pela aparência e pelo local onde trabalham, sendo que todas estas categorias influenciam a possibilidade de ganharem mais ou menos quantidade de dinheiro;
- (b) Controlo sobre as condições de trabalho. Existem muitas diferenças entre as prostitutas e, quanto maior é o controlo que elas têm, maior é a liberdade para recusarem clientes, melhor é o acesso aos meios de protecção e segurança, menor é a dependência relativamente a chulos ou gerentes e maior é a capacidade para deixarem o trabalho sexual e passarem e ter outra profissão, se o desejarem;
- (c) Experiências no trabalho. As trabalhadoras sexuais diferem no que respeita às experiências que têm no seu trabalho. No que diz respeito à vitimização, enquanto experiências como assaltos e violações são raros nas prostitutas de interior, são relativamente frequentes nas prostitutas de rua. O risco de exposição às doenças sexualmente transmissíveis também é superior nas prostitutas de rua. E a forma como o trabalho é percebido difere igualmente, com as prostitutas de interior a considerarem mais positivamente a experiência;
- (d) Problemas psicológicos e de auto-imagem. Embora aqui não se encontre um padrão uniforme, alguns estudos indicam que as prostitutas de rua são as que têm maiores problemas psicológicos, menos orgulho no seu trabalho, acham que o trabalho tem

um efeito negativo nas suas vidas e acreditam menos que estão a prestar um serviço válido;

- (e) Impacto na comunidade. A prostituição de rua, por ser a que tem maior visibilidade, é a que causa um maior impacto na comunidade. A prostituição de interior, geralmente, não tem qualquer impacto: é discreta e não há oposição a ela. (Feminina, 2002)

Quanto às mulheres que se prostituem, pensamos poder dividi-las em dois grandes tipos: as prostitutas auto-determinadas e as prostitutas hetero-determinadas. Esta divisão refere-se à forma como vivem a prostituição (e a sua vida), como se posicionam relativamente a esta actividade prostitutiva. É uma classificação que mistura motivações com a forma como organizam a sua vida. A auto e a heteronomia não são mais do que extremos de um *continuum*, o *continuum* da organização do sujeito psicológico. A prostituição de rua é muito complexa e é composta por um leque muito alargado de pessoas. Por detrás de cada um destes tipos de prostitutas está uma variedade de actrizes com sensações, emoções, afectos, cognições e experiencias únicos. (Oliveira, 2004)

As prostitutas autodeterminadas têm a sua actividade determinada por causas próprias, pela sua própria liberdade. Prostituem-se porque pretendem atingir objectivos definidos de aquisição de conforto a médio / longo prazo, como, por exemplo, ter casa e carro. São geralmente independentes, têm autonomia de decisão e fazem uma boa gestão da sua vida. São mulheres que têm uma auto-estima elevada, boa aparência física e abandonam mais cedo a prostituição (daí serem as mais novas de entre aquelas que se encontram na rua). São minoritárias relativamente às restantes. (Oliveira, 2004) Quanto à categoria das prostitutas heterodeterminadas, ela inclui a maior parte das prostitutas de rua. São mulheres cuja organização psicológica se afasta da autodeterminação. Estão determinadas por causas biológicas, como é o caso das toxicodependentes, que se prostituem porque necessitam fisicamente da substancia de que são dependentes; ou são determinada por um proxeneta que as explora, quando a vida da mulher é organizada por este – são prostitutas por imposição de um marido / namorado / companheiro que, sob coacção psicofísica, as mantém nessa actividade, sendo a sua autonomia no trabalho praticamente nula; ou, ainda, o caso em que são determinadas pelo hábito. Estão na rua, como podiam estar noutra local qualquer. Estão na rua, como estiveram toda a vida, porque não sabem outras formas de ganhar dinheiro. Porque não têm outra forma de viver. (Oliveira, 2004)

Muitas vezes são o resultado dos dois tipos de determinação: são mulheres, a quem o hábito de se prostituírem durante anos, obrigadas por um proxeneta, lhes proporcionou uma forma acrítica e inelutável de estar na vida. Então, fazem porque e fazem porque não lhes resta outra possibilidade. Porque foi a única aprendizagem de vida que tiveram à custa de um explorador que as tornou dependentes de si e daquele trabalho. As prostitutas heterodeterminadas encontram-se reféns de um ciclo viçoso, onde impera a lógica da dominação – domínio da droga sobre o corpo; domínio de um explorador; domínio da apatia – e são prostitutas de uma forma passiva. Estão ali como estariam na linha de montagem de uma fábrica se a sua arte fosse essa, ou se aí auferissem o suficiente para satisfazer o vício ou o chulo. Estão ali porque precisam de sobreviver, porque têm filhos a quem alimentar, porque sem droga ressacam, porque senão o companheiro maltrata-as. Estas mulheres têm geralmente, uma vida desorganizada, limitando-se a fazer face às despesas correntes. Fazem uma gestão diária da sua vida. Os clientes que têm num dia, quando têm, são os suficientes para lhes permitir pagar a pensão onde vivem (o pagamento é diário), para as refeições e para pagarem à ama, no caso de terem filhos. As toxicod dependentes, apesar de terem sempre clientes (porque praticam preços mais baixos e sujeitam-se a práticas que as outras rejeitam) limitam-se a fazer face às despesas relacionadas com a aquisição de droga, sendo o resto, alimentação e alojamento incluídos. (Oliveira, 2004)

São mulheres com uma baixa auto-estima que têm um aspecto degradado, condizente com a sua vida. As mais velhas encontram-se neste grupo, pois como consequência da sua gestão diária e da desorganização e do hábito que se foi instalando, têm mais dificuldade em abandonar esta actividade. As prostitutas toxicod dependentes constituem, entre as prostitutas de rua, uma percentagem relevante, segundo o que é evidenciado por diversos autores. A maior parte delas são toxicod dependentes que começaram a prostituir-se como forma de angariar dinheiro para a aquisição de droga. São as toxicod dependentes prostitutas, mulheres que antes de serem prostitutas já eram toxicod dependentes, mulheres que só se prostituem enquanto se drogarem. São os casos em que a prostituição surgiu como uma desviância conexas à toxicod dependência. Como um corolário quase inelutável de quem não quis enveredar por outras formas de obtenção de dinheiro, fossem delinquentiais, como o roubo ou o tráfico, ou não, como a mendicância. Findo o problema da toxicod dependência, ficará resolvido o problema da prostituição. (Oliveira, 2004)

Durante a quase totalidade do século XX, com exceção para alguns trabalhos nos anos 80 e 90, as tentativas de explicar / compreender a prostituição e a pessoa que se prostitui não se revelaram muito diferentes destas primeiras explicações. Continuou-se a procurar causas e, entre estas, destacaram-se os lares negligentes, a educação inadequada, a ignorância, o desemprego, a estrutura patriarcal da sociedade, as experiências sexuais precoces, a aquisição de atitudes favoráveis à prostituição e a falta de relacionamento afectivo com os pais, como estando na origem da prostituição. (Feminina, 2002)

Depois, começaram a articular-se diferentes tipos de explicações no sentido de se encontrar mais do que uma causa para o mesmo fenómeno. No entanto, a lógica permaneceu a mesma: a do determinismo, mas agora multicausal. Um exemplo destas explicações multi-causais é a teoria sócio-psicológica que se identifica três tipos de factores que podem conduzir à prostituição: os factores predisponentes, os factores de atracção e os factores precipitantes. Os primeiros, seriam elementos do passado da mulher, como a infância vivida num lar desfeito, a promiscuidade dos pais ou os traumas capazes de provocar certos tipos de neuroses. Entre os segundos, os factores de atracção, estariam as vantagens comparativas da carreira prostitucional, como os ganhos elevados, uma vida fácil e interessante e expectativas de alguma gratificação sexual. Por último, os factores precipitantes poderiam incluir a pressão económica, a persuasão por parte de um proxeneta, um desaire amoroso ou uma boa oportunidade. (Feminina, 2002)

Na tentativa de explicar a entrada das mulheres na prostituição, considera que existe uma série de experiências comuns e enumera três tipos de contingências nas vidas das mulheres prostitutas que, segundo ele, se relacionam com os factores que fazem com que a prostituição apareça como uma alternativa lógica nas suas vidas. Estas três contingências são (a) as experiências sexuais precoces, promíscuas e frequentes; (b) a aquisição de atitudes favoráveis à prostituição; (c) o reconhecimento dos altos ganhos monetários e de poucas alternativas de emprego. Refere ainda a dependência das drogas como um factor económico específico que contribui para a entrada da prostituição. (Feminina, 2002) Este autor, reconhece que, embora muitas prostitutas possam partilhar alguma experiências comuns, não é pela presença de uma só característica, como um traço de personalidade ou uma experiência do passado, que alguém se torna prostituta, considerando que a compreensão da carreira de prostituta só é possível tendo em atenção uma variedade de influências, seja na infância, seja na idade adulta. Nesta linha, outros investigadores explicam a entrada na prostituição dizendo que ela se deve, em parte, à

existência de histórias de negligência e abuso no passado das mulheres, associadas a um auto-conceito baixo e à falta de competências afectivas. Deste modo, o comércio do sexo seria o resultado da falta de ferramentas psicológicas convencionais que impediriam, por exemplo o sucesso escolar. Ou seja, o sucesso psicológico e pessoal ajudam a resistir à prostituição e o sucesso escolar previne, de alguma forma, a entrada nesta actividade. (Feminina, 2002)

No entanto, estas explicações podem ser vistas como generalizações enviesadas e subjectivas sobre a mulher prostituta. Bartol (1991), através de (Feminina, 2002) defende que, se quisermos dar uma resposta simplista, podemos dizer que estas mulheres entram na prostituição por dinheiro, rejeita as explicações sociológicas e psicológicas que habitualmente eram dadas e afirma que os factores que nos foram sendo apresentados pelos investigadores, foram já desmentidos e que estas mulheres têm uma grande variedade de motivos para se envolverem na prostituição. Este autor defende que as prostitutas demonstram um leque alargado de tipos de personalidade, vários níveis de educação e enquadramentos familiares e têm diversos percursos de vida, embora haja uma forte associação com histórias familiares conflituosas, experiencias sexuais negativas e toxicodependência. (Feminina, 2002)

Os discursos sociais mais comuns em torno das práticas prostitucionais (re) produzem, de modo frequente e recorrente, estereótipos que se traduzem na associação das mesmas à propagação de DST. A emergência e a posterior disseminação da imagem social da prostituição como autentico flagelo epidemiológico e a consequente consolidação da identidade sexual das mulheres prostitutas como “poluentes” e marginais foram fortemente impulsionadas pelos discursos médicos, psiquiátricos e criminológicos sobre a sexualidade, durante o século XIX. Decorridos dois séculos e numa altura em que a SIDA vem ganhando proporções preocupantes, a imagem social da prostituição como perigoso foco epidemiológico transmite uma subliminar ou mesmo explicita imputação de velhos estereótipos e estigmas, mantendo-se nas novas configurações sociais. (Ribeiro, Silva, Ribeiro, & Sacramento, 2005)

A prostituição é vista como um foco de poluição /contágio, não tanto pelo facto de haver um conhecimento fundamentado sobre um qualquer nexos causal, particularmente relevante, entre a prestação de serviços sexuais e a propagação de DST, mas acima de tudo, porque ela põe em causa os valores dominantes que regulam a sexualidade feminina. E

visão social do sexo comercial como responsável pela propagação de doenças é profundamente estereotipada e, por isso, insensível aos distintos tipos e configurações do fenómeno e aos diferentes graus de risco epidemiológico que lhes estão associados. Para o contexto em que decorreu o nosso estudo é claramente uma imagem inadequada, já que a prostituição abrigada, tanto quanto podemos apurar sobre as atitudes e posicionamentos das mulheres vertidos nos inquéritos e nas entrevistas dadas, não constitui um foco particularmente destacada e relevante de propagação de DST. Com efeito, não existem elementos empíricos, suficientemente consistentes, como veremos, que nos permitam estabelecer uma conexão sustentada entre a prostituição e o aumento da incidência de DST.

Os comportamentos de risco estão relacionados com o consumo de drogas por via intravenosa, nomeadamente através da partilha de seringas usadas e com a própria prestação de serviços sexuais. Aqui frequentemente assediam às solicitações dos clientes, para a não utilização do preservativo, devido à extrema urgência em angariar dinheiro para droga. Assim sendo, julgamos plausível que se estabeleça umnexo de causalidade entre a toxicoddependência e SIDA, mas já não entre prostituição e SIDA, pelo menos para os contextos do sexo mercantil por nós observados ou semelhantes. (Ribeiro, *et al.*, 2005)

Não existem, portanto, razões objectivamente consistentes para, genérica e linearmente, se afirmar que as mulheres prostitutas evidenciam comportamentos sexuais de risco, e são, por isso, responsáveis pela disseminação de DST. Pelo contrario, elas revelam uma preocupação permanente face aos riscos de natureza sanitária que a sua actividade poderá implicar, adoptando comportamentos sexuais (ultra) defensivos, marcados pelo desenvolvimento de habilidades especificas e pela adopção rotineira e disciplinada de um conjunto de práticas / precauções e estratégias para prevenir e/ou lidar com “potenciais” situações de risco. Isto é possível graças ao considerável controlo que exercem sobre a sua sexualidade “estão amiúde na actividade por iniciativa própria, seleccionam clientes e fixam as condições de prestação dos serviços sexuais” e outras estratégias perpassadas de astúcia, certo grau de poder, autonomia e capacidade de instrumentalização que demonstram face aos clientes, quer durante o processo de negociação das condições, quer durante a prestação do serviço sexual. (Ribeiro *et al.*, 2005)

A violência é um estado inerente ao mundo da prostituição e esta, é, em si mesma, um sistema produtor de violências. Nesta perspectiva, e só nesta, violência passou a ser

entendida, no contexto deste estudo, como a agressão directa ou passiva contra a integridade física, ou qualquer forma de coacção psicológica, imposição sexual, agressão ou pressão social exercidas contra o indivíduo. O Relatório do Conselho da Europa resultante dos trabalhos produzidos no âmbito do Colóquio sobre a Violência na Família, distingue neste domínio os seguintes tipos de violência. Física, psicológica, sexual, estrutural e química. Interessa-nos, para já, registar o facto desta última forma de violência se encontrar por vezes ligadas à prostituição através da ingestão de álcool e drogas. (Costa & Alves, 2001)

Quanto aos actos de violência sexual, especificamente aqueles lavados a cabo contra as mulheres, diga-se que eles só a partir do século passado passaram a ser considerados como uma ofensa ao facto de alguém poder dispor livremente da sua pessoa. Até então este tipo de violência era comparada à utilização ilícita da propriedade de outrem, um «bem» cujo valor se via, assim, diminuído. Em 1993 a violência era ainda definida como “todo o acto de penetração sexual de qualquer natureza que seja, por violência ou coacção”; mais tarde Welzer-Lang alargou-lhe o âmbito e definiu-a como uma situação de dominação, de poder, do violador sobre o «outro», materializando um desejo de vingança, enquanto, em simultâneo, ele próprio se punha à prova. Desse modo, a violação passou a ser vista mais como um acto social do que um acto individual, isto é, um produto do indivíduo no meio que o rodeia. (Costa & Alves, 2001) No primeiro caso, o objectivo passa quase sempre pela vingança face a rejeições sofridas, as expressões utilizadas pretendem manifestar desprezo e a violação é um meio pelo qual o agressor, através da arma do sexo, procura magoar e degradar a vítima. No segundo caso, são utilizadas a violência física e a ameaça verbal com o objectivo de melhor controlar a vítima, e a cópula, ou qualquer outro contacto sexual, passa por ser uma evidência da «conquista». Uma terceira possibilidade decorre de actos de violência que tem por objectivo a concretização de fantasias dirigidas a partes do corpo com conotação sexual, tentando combinar comportamentos libidinosos com agressividade, visando o aumento da excitação sexual. (Costa & Alves, 2001)

O crime do lenocínio encontra-se hoje previsto e punido pelo art.º 270.º do Código Penal, o qual, após as alterações introduzidas pela Lei n.º 65/98, de 2 de Setembro, e pela Lei n.º 99/2001, de 25 de Agosto, apresenta a seguinte redacção: 1- Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício

por outra pessoa de prostituição ou a prática de actos sexuais de relevo é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos. (Redentor, 2005)

Quando o crime é qualificado, em virtude de certos comportamentos do seu agente ou circunstâncias em que se encontra a vítima – o agente usar de violência, ameaça grave, abuso de autoridade ou se aproveitar da incapacidade psíquica da vítima ou de qualquer outra situação de especial vulnerabilidade – a sanção criminal vai de 1 a 8 anos de prisão. (Redentor, 2005)

Para a verificação do crime de lenocínio é exigido que o fomento, favorecimento ou facilitação do exercício por outra pessoa de prostituição ou a prática de actos sexuais de relevo seja feito de forma profissional ou com intenção lucrativa. Mas tal pode-se verificar em duas situações distintas: numa situação de relação contratual normal entre o agente e a vítima ou numa situação de obrigatoriedade de partilhar o ganho através de violência, abuso, incapacidade psíquica, carência económica ou outra.

Durante muito tempo, a sexualidade feminina foi exclusivamente direccionada para a reprodução. O que era esperado da mulher não era que fosse uma parceira sexual, mas sim uma potencial mãe, primeiro, e uma mãe de facto, depois. A uma mulher solteira era pedido que permanecesse casta e à casada, que correspondesse às obrigações maritais, isto é, que estivesse disponível para as relações sexuais aceites como normais e indispensáveis para dar sentido ao crescer e multiplicai-vos. Era a velha concepção de que uma esposa não devia ser sujeita ao sexo, e o marido verdadeiramente respeitador coibia-se de outras indecências que não o sexo normal. Assim, havia uma concepção bipolar das mulheres que levava à canalização de energias para profissionais do sexo, às quais se recorria com frequência. (Oliveira, 2004)

Uma parte considerável da informação que dispomos sobre os clientes foi fornecida pelas mulheres que lhes prestam serviços sexuais. (Ribeiro *et al.*, 2008) Os clientes, tais como as trabalhadoras sexuais, não são um grupo homogéneo. Contudo, na literatura sobre trabalho sexual, os clientes são geralmente vistos como uma massa indiferenciada. Nos discursos da generalidade das mulheres com quem falámos ressalta o facto de a clientela constituir um grupo bastante heterogéneo e com uma certa transversalidade. No que respeita às suas características sociodemográficas, elas abrangem um leque variado que passa por todas as idades, estados civis e grupos económicos, culturais e sociais. Quanto às motivações pelas quais um homem procura uma prostituta, vejamos os dados originários

de algumas investigações. Descobriu-se como motivações apontadas pelos homens o facto de as prostitutas fornecerem uma resposta sexual certa e fácil, ficar mais barato do que um encontro com não prostitutas, não envolver responsabilidades posteriores e providenciarem serviços difíceis de obter com as outras mulheres, como as práticas sadomasoquistas e o sexo oral e anal. (Oliveira, 2004)

Outra figura da boémia que se transmuta é o chulo (no calão, azeiteiro). Em meados do século XIX, o chulo era uma personagem dupla: um «marido complacente» e guarda-costas para «ocasiões críticas». Dos companheiros para as ocasiões críticas os chulos passam a intencionados exploradores das prostitutas. Em meados do século XIX chegavam a contribuir com um quota para elas das quais nada recebiam senão os conhecidos favores. Acompanhavam-nas de dia nos passeios e à noite nas vadiagens pela cidade. Assumiam-se, essencialmente como protectores. (Pais, 2008) Assim, algumas relações entre prostitutas e seus chulos são pacíficas e estes são vistos como namorados, maridos e protectores (mesmo que essa relação seja apenas simbólica no que respeita à relação com os clientes). Enquanto outras vivem num verdadeiro terror, com os chulos a obrigá-las a entregar um mínimo de dinheiro por noite e a agredi-las quando isso não acontece. (Oliveira, 2004)

O proxeneta (chulo ou azeiteiro, no calão), aquele/a (ou aqueles) que explora (m) a prostituição com fim lucrativo, é o único do triângulo cuja actividade está criminalizada em Portugal. Contudo, apesar da criminalização, são poucos os casos que chegam aos tribunais. (Oliveira, 2004)

A proxeneta do século XIX é uma personagem socialmente distinta da dos inícios do século XX. Em primeiro lugar, é certo que as relações de exploração entre proxenetas e prostitutas já eram evidentes na primeira metade do século XX. (Pais, 2008) Ainda que em certo declínio, uma figura associada à actividade prostitucional de rua é a do proxeneta. Verificam-se casos em que a figura do proxeneta, ainda que existente, já não é de modo algum central na actividade nem sequer na própria gestão do trabalho e do dinheiro, sendo apenas mais um parasita que tem vivido e vive a expensas da mulher. Com efeito, hoje em dia, bastantes das mulheres que trabalham na rua partilham a sua vida e os seus ganhos com o respectivo «namorado» ou «companheiro» que, por situações de desemprego ou mais frequentemente por comodismo e facilitismo, não se esforça por ter um trabalho

regular e autónomo ou assalariado, preferindo viver à sombra dos ganhos da mulher. (Ribeiro *et al.*, 2008)

Na prostituição registam-se alguns casos de proxenetismo nos moldes convencionais, ou seja, o proxeneta gere directamente os dinheiros das mulheres, apropria-se de uma quota parte dos seus ganhos e exerce sobre ela represálias ou ameaças e formas de intimidação e coerção, seja nos casos em que a introduz na prostituição, «a trabalhar para ele», seja posteriormente quando, à base de chantagem ou de medo, a mantém presa à actividade e à sua pessoa. Nestes casos, as mulheres não controlam os seus próprios rendimentos, mas estão dependentes do arbítrio discriminatório do proxeneta, do qual só se poderão libertar se e quando conseguirem um outro. Além de lhes «pagarem» a protecção que dele supostamente recebem, com favores sexuais regulares gratuitos, elas sentem-se não raro, desrespeitadas e objecto de maus-tratos ou de chantagens emocionais. (Ribeiro *et al.*, 2008)

O proxeneta convencional tende a subsistir quase só por referencia a mulheres mais velhas, sendo já várias, entre as mais novas, as que nem sequer querem ouvir falar de tal figura, uma posição que é igualmente perfilhada e expressa por todas as que trabalham na rua/casa ou apartamento. Sublinhe-se ainda que algumas mulheres a trabalhar na rua confessaram ter um parceiro que as conquistou na base da sedução, da persuasão e da criação de dependência afectiva, compensando o seu sentimento de isolamento quando sós ou entregues a si mesmas. Algumas declaram que os namorados/companheiros procuram dar-lhes certas atenções em bens ou gratificações afectivas, de modo a proporcionar-lhes um ambiente de vida mais ameno ou, pelo menos, mais suportável. (Ribeiro *et al.*, 2008)

Os conceitos de sistemas de apoio social e de redes sociais são cada vez mais objecto de atenção de investigadores e profissionais da área das ciências sociais. Tendo como ponto de partida esta linha de investigação, muitos teóricos de diversos campos aperceberam-se da importância do apoio social no bem-estar de cada indivíduo. Pesquisas posteriores vêm validar tais crenças ao demonstrarem o papel que o apoio social desempenha ao proteger os indivíduos dos efeitos negativos que alguns acontecimentos podem ter nas suas vidas. (Serrano, 2008) O conceito de “rede” tem surgido recentemente nos mais diversos domínios e com inúmeras designações associadas, pelo que pode falar-se de redes em áreas e aplicações tão diversas, pois é usado para “designar uma grande variedade de objectos e de fenómenos”. A etimologia da palavra rede, originária do Latim

retiolus, designa um conjunto de linhas entrelaçadas ou teia, pelo que é necessário um enquadramento que permita deslaçar um pouco o entrançado conceptual de um conceito que definitivamente “está na moda”. (Guadalupe, Intervenção em Rede, 2009)

A nível conceptual, há grande diversidade de conceitos e terminologias relacionadas com a rede social, cujos contornos e conteúdos se assemelham ou coincidem. Poderemos dizer que, numa definição genérica, as redes sociais são consideradas como “os sistemas particulares de relações que unem actores sociais”, pelo que assumirão diferentes formas, de acordo com o tipo de laços e o tipo de actores sociais implicados, ou como um conjunto de nós e laços de ligação entre os nós, em que os nós podem ser pessoas, grupos, empresas ou outras instituições. O indivíduo surge aqui como um elemento interactivo num conjunto de “parceiros sociais” dentro da rede. (Guadalupe, 2009)

As tipologias de rede mais populares baseiam-se na distinção entre rede primária e secundária. Os conceitos de rede primária e de rede secundária assentam basicamente no tipo de vínculos relacionais existentes entre os membros da rede social, embora muitos outros aspectos os distingam. As redes primárias fazem referência a “um conjunto natural de indivíduos em interacção uns com os outros que formam a trama da base da sociedade e o meio de inserção do indivíduo, ou por outras palavras, “indivíduos que têm afinidades pessoais num quadro não institucional”. Esta última definição acrescenta dois aspectos determinantes para a sua conceptualização e distinção relativamente às redes secundárias: são eles o tipo de afinidades (pessoais) e o nível de estruturação da relação (colocando-as num nível informal). Poderemos dizer que os vínculos numa rede primária são, assim, essencialmente de natureza afectiva, podendo estes assumir uma carga positiva ou negativa, não havendo qualquer sentido de obrigação ou formalidade na relação. Se é a este tipo de redes, mais concretamente ao seu “núcleo duro”, que se atribui a maioria das funções de suporte social e onde identificamos as fontes de nutrição emocional, é igualmente nelas que situamos o maior nível de conflitualidade (Guadalupe, Intervenção em Rede, 2009) Estas redes apresentam carácter dinâmico no seu eixo diacrónico, não comportando sempre a mesma composição ou configuração, flutuando e modificando-se com o tempo e com a mobilidade das relações (sendo tidos em consideração fenómenos como a idade, a doença, as mobilidades residencial, estudantil, laboral, migratória, etc). As redes primárias têm, portanto, uma dimensão espacio-temporal, mudando a selecção que se faz do leque das relações que nos são oferecidas segundo os contextos e circunstâncias,

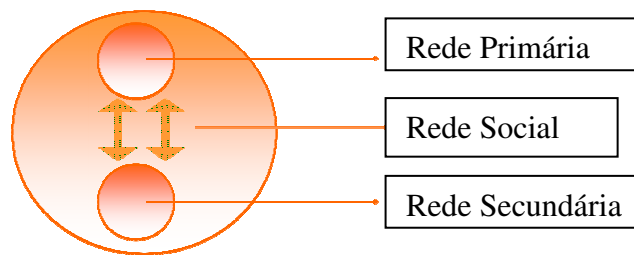
isto é, segundo as escolhas e mesmo os constrangimentos sociais pessoais. Existe, no entanto, um “núcleo duro” da rede primária que se apresenta mais perene. É este o lugar geralmente reservado à família. (Guadalupe, Intervenção em Rede, 2009)

As redes secundárias constituem o segundo tipo de redes que já referi. Estas correspondem ao “conjunto de pessoas reunidas por uma mesma função, num quadro institucionalizado”, reportando-nos para as organizações e instituições, ou seja, aos membros da nossa rede com os quais estabelecemos relações num contexto formal e com objectivos funcionais. As redes secundárias formais referem-se a laços institucionais, num âmbito estruturado e de existência oficial, que se destinam ao cumprimento de funções ou ao fornecimento de serviços. Pode, assim, considerar-se nesta tipologia todas as instituições ou as relações estabelecidas no seu enquadramento. Estas relações são relativamente estáveis e estruturadas segundo normas precisas ditadas pelo papel e função atribuído ao indivíduo, não dependendo, para tal, do indivíduo em si. (Guadalupe, Intervenção em Rede, 2009)

A inexistência do carácter oficial e estruturado e a inexistência de uma divisão rígida de papéis caracteriza as redes secundárias informais, embora assumam um papel essencialmente funcional com vista a responder a uma procura ou a fornecer um determinado serviço, tal como as anteriores. Poderão ser enquadradas sob esta tipologia as redes primárias organizadas para o cumprimento de uma necessidade específica e funcional que visam a partilha de recursos e a criação de uma rede de apoio colectiva. Outro aspecto de distinção relativamente às formais prende-se com o facto de terem uma menor durabilidade e de funcionarem com base numa clientela mais restrita, estando, por isso talvez mais adaptadas às necessidades dos indivíduos, pois têm uma maior proximidade dos mesmos. (Guadalupe, Intervenção em Rede, 2009)

Relativamente às funções específicas de suporte social, podemos encontrar: - o apoio emocional: que se traduz na disponibilidade que a pessoa mostra para ouvir, compreender, conversar, dar afecto ou carinho, dar pequenos conselhos com a finalidade de resolver um problema ou conflito; - apoio material ou instrumental: traduz-se no acto de emprestar dinheiro ou qualquer outro bem material, no disponibilizar de um utensílio para que o vizinho cuide do seu jardim, no cuidar de um idoso ou de uma criança vizinha; - Informativa: prende-se com informações e conselhos que a pessoa recebe e que ajudam a perceber e a melhor compreender o seu meio; - companhia social: esta função ocorre quando as pessoas se disponibilizam para realizar tarefas em comum como sair juntas,

independentemente do local para onde vão e de qual o seu objectivo, o que interessa é estar junto; - controle social: esta função ajuda os indivíduos a responsabilizarem-se pelas normas, regras e valores que defendem e praticam, e por fim – acesso a novos contactos: prende-se com a capacidade dos elementos da rede possibilitarem contactos com outros elementos exteriores a ela, bem como com outras redes sociais. (Guadalupe, *Intervenção em Rede*, 2009)



Fonte: (Elkaim, 1995)

Com este estudo pretende-se enquanto objectivo geral objectivar quais as redes de suporte (primárias e secundárias) a que as prostitutas recorrem frequentemente, aquando das suas necessidades. Pretende-se identificar as características das famílias das prostitutas e as redes sociais que as compõem, relativamente a amigos e Instituições.

De acordo com os objectivos específicos pretende-se: - Explorar as fragilidades no estatuto da prostituta; - Analisar as características estruturais e dinâmica funcional da rede de suporte; - Perceber qual o nível de coesão entre a família e os restantes elementos da rede de suporte do vínculo; - Analisar os factores percebidos como ideais enquanto motivo para o abandono da prática da prostituição, bem como as motivações que levam ao recurso desta prática; - Perceber quais são as redes (primárias ou secundárias) mais influentes para a promoção de uma mudança de condição social.

II- Metodologia

No presente estudo utilizou-se um questionário elaborado pela autora do trabalho e foi também utilizada a observação directa. Este inquérito por questionário de perspectiva sociológica distingue-se da simples sondagem de opinião pelo facto de visar a verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem. Quanto à observação directa trata-se de um método no sentido restrito, baseado na observação visual, participante e não participante. (Quivy & Campenhoudt, 1995) Este estudo foi realizado para aprofundar o tema da Prostituição e das redes de suporte social (primárias e secundárias), desenvolvendo assim várias temáticas associadas a este assunto. A recolha de dados efectuou-se através da análise quantitativa e de observação de documentação relevante para o estudo. Relativamente aos dados obtidos através dos questionários foram codificados, introduzidos e analisados no programa estatístico *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)*, versão 17.0, para *Windows SPSS*.

No âmbito do processo de investigação, a população-alvo deste estudo é constituída por 17 prostitutas que exercem a sua actividade na zona de Coimbra e de Condeixa. A amostra foi seleccionada, através da amostragem não probabilística, especificamente a amostragem por conveniência, e que decorreu de Outubro 2008 a Junho 2009. Este tipo de amostra por conveniência tem a vantagem de ser pouco dispendiosa e de ser simples na sua aplicação. Quanto às participantes foram explicados os objectivos do estudo, obtendo deste modo o seu consentimento informado e que a sua participação fosse voluntária.

III- Apresentação dos Resultados

1. Caracterização geral da amostra

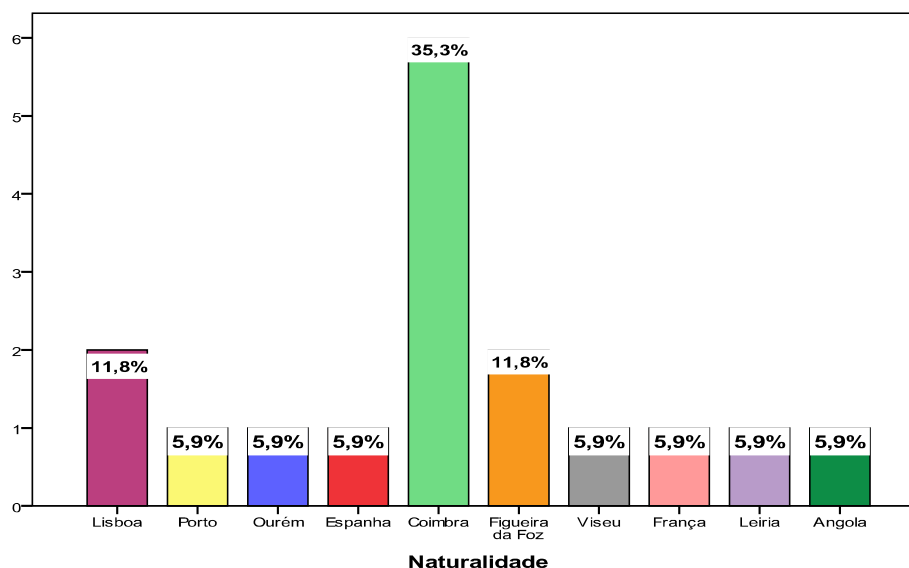


Gráfico 1- A amostra em estudo é composta por uma maioria de sujeitos de nacionalidade portuguesa. Desses, 6 são naturais de Coimbra (35,3%), 2 de Lisboa (11,8%) e 2 da Figueira da Foz (11,8%). Porto, Ourém, Viseu e Leiria estão representados apenas por um indivíduo, respectivamente – correspondendo a uma percentagem de 5,9%. Da amostra fazem ainda parte 3 indivíduos com nacionalidades diferentes, nomeadamente, Espanha, França e Angola, o que corresponde a 5,9% para cada caso.

		N	%
Estado civil	Solteira	7	41,2%
	Casada	1	5,9%
	Divorciada	5	29,4%
	Viúva	1	5,9%
	União de facto	3	17,6%
Escolaridade	Sabe ler/escrever	3	17,6%
	1º Ciclo	2	11,8%
	2º Ciclo	2	11,8%
	3º Ciclo	5	29,4%
	Secundário	4	23,5%
	Ensino Superior	1	5,9%

Tabela 1: No que respeita ao estado civil, observa-se uma expressão significativa de mulheres solteiras (41,2%) e divorciadas (29,4%), seguindo-se três casos de união de facto (17,6%), um de casamento (5,9%) e um de viuvez (5,9%). Em termos de grau instrução, a amostra compõem-se maioritariamente por indivíduos com uma escolaridade média, sendo que 29,4% completaram o 3º ciclo e 23,5% o ensino secundário. Três sujeitos apenas sabem ler e escrever (17,6%), dois concluíram o 1º ciclo e dois concluíram o 2º ciclo – 11,8% da amostra, respectivamente –, estando representado um único caso com escolaridade ao nível do ensino superior (5,9%)

	Média	D.P.	Moda	Máx.	Min.
Idade	35	12,5	25	65	18

Tabela 2: A média de idade das mulheres ronda os 35 anos (D.P. = 12,5), tendo a mais jovem 18 anos e a mais velha 65 anos. A idade mais representada situa-se nos 25 anos.

1.1. Caracterização familiar



Gráfico 2- De um total de 17 mulheres que compõem a amostra, 16 têm filhos (94,1% contra 5,9% sem filhos).

		N	%
Nº de filhos (n=16)	1	8	50%
	2	2	12,5%
	3	3	18,8%
	4	1	6,3%
	5 ou mais	2	12,5%
Filhos institucionalizados	Sim	3	17,6%
	Não	14	82,4%

Tabela 3: Na sua maioria filhos únicos (50%). Ainda dessas 16 mulheres, 18,8% referem a existência de três filhos, 12,5% de dois e cinco ou mais filhos, respectivamente, e apenas 5,9% referem a existência de quatro filhos. A institucionalização de filhos verifica-se apenas em três casos (17,6% contra 82,4% sem filhos institucionalizados).

1.2. Caracterização profissional

		N	%
Experiência profissional	Prestação de cuidados e limpeza	1	5,9%
	Professor	1	5,9%
	Doméstica	1	5,9%
	Agricultura	1	5,9%
	Empregada fabril e limpezas	1	5,9%
	Operador florestal	1	5,9%
	Curso profissional	1	5,9%
	Empregada fabril, restauração e op. caixa	1	5,9%
	Restauração e limpezas	2	11,8%
	Cabeleireira	1	5,9%
	Empregada fabril e lojista	1	5,9%
	Não respondeu	5	29,4%

Tabela 4: A questão sobre experiência profissional foi respondida por apenas 12 dos indivíduos (29,4% não respondeu). Em 2 casos é referida experiência na restauração e limpezas (11,8%), sendo que cada um dos restantes sujeitos indica diferentes experiências

profissionais, isoladas ou combinadas. Com experiências isoladas destacam-se 6 casos (5,9%, respectivamente) – professor, actividade doméstica, agricultura, operador florestal, curso profissional e cabeleireiro. Na experiência combinada observa-se sobreposição de funções nos 4 casos observados (5,9%, respectivamente) – prestação de cuidados e limpeza; empregada fabril e limpeza; empregada fabril, restauração e operadora de caixa; empregada fabril e lojista.

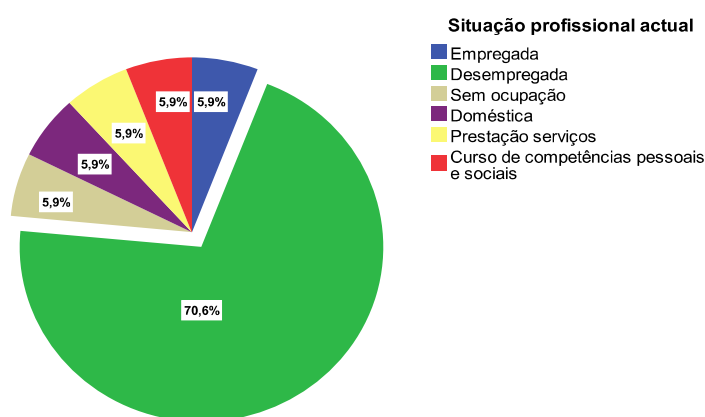


Gráfico 3- No que concerne à situação profissional actual a grande maioria está desempregada (70,6%), havendo 5 casos individuais (5,9%, respectivamente) de emprego, prestação de serviços, actividade doméstica, ausência de ocupação e frequência de curso de competências profissionais e sociais.

		N	%
Elementos agregado familiar	1	5	29,4%
	2	5	29,4%
	3	2	11,8%
	4	4	23,5%
	6	1	5,9%
Com quem vive	Companheiro e filhos/as	3	17,6%
	Marido e filho/a	1	5,9%
	Filho/a	3	17,6%
	Companheiro	4	23,5%
	Filhos/as adultos/as, genro e netos	1	5,9%
	Mãe e filhos/as	1	5,9%
	Sozinha	4	23,5%

Tabela 5: Com os valores mais significativos e igual percentagem de ocorrências (29,4%) encontramos dois grupos de mulheres, aquele cujo agregado familiar é composto pelas próprias, e o que é composto apenas por dois indivíduos. Em 4 dos 17 casos, o número de elementos pertencente ao agregado familiar é de 4 indivíduos (23,5%), em 2 casos o agregado inclui 3 elementos (11,8%), registando-se apenas um caso com 6 elementos (5,9%).

É possível observar ainda através da análise da tabela que na sua maioria estas mulheres vivem sozinhas (23,5%) ou com o companheiro (23,5%), seguindo-se com igual percentagem (17,6%, respectivamente) aquelas que vivem com companheiro e filhos/as e as que vivem apenas com filhos/as. Restam três casos (correspondendo cada um a 5,9% da amostra total) de mulheres que vivem com marido e filho/a, filhos/as adultos/as genro e netos e ainda com a mãe e filhos/as.

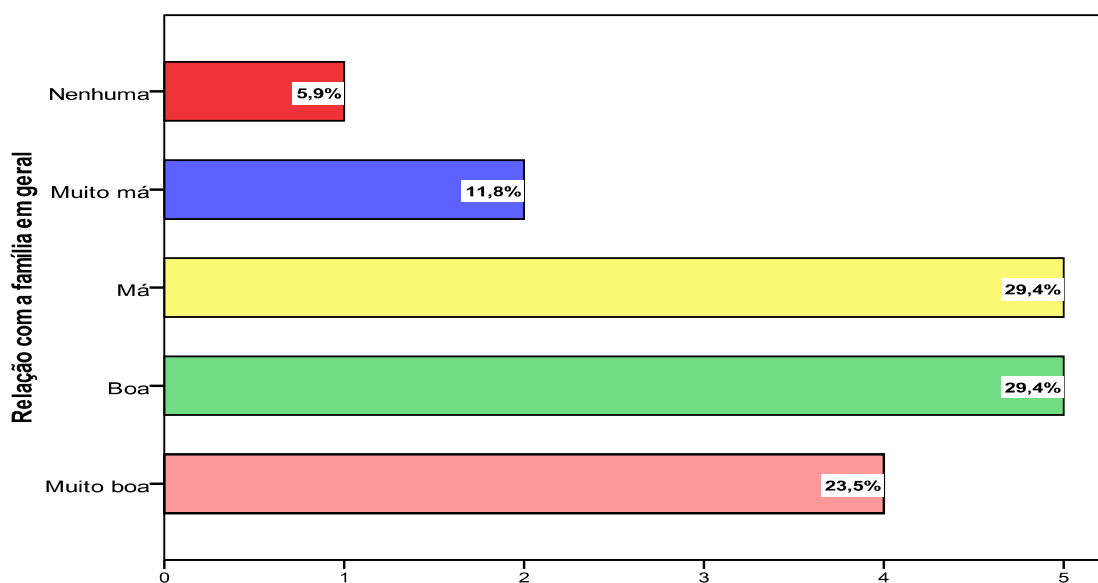


Gráfico 4- No que toca à relação familiar, os resultados mais significativos constituem posições opostas, ou seja, 5 mulheres classificam-na como “boa” (29,4%) e 5 como “má” (29,4%). No entanto, prevalece uma perspectiva positiva da relação familiar, já que 23,5% dos casos considera-a “muito boa”, contra 11,8% que a define como “muito má” e 5,9% que refere a inexistência de qualquer relação.

1.3. Caracterização sócio - económica

		N	%
Autonomia financeira	Sim	7	41,2%
	Não	10	58,8%
Nível económico	Muito baixo (R. mínimo)	7	41,2%
	Baixo (O. mínimo)	1	5,9%
	Médio (600€ - 1000€)	4	23,5%
	Alto (1000€ - 2000€)	1	5,9%
	Não sabe	4	23,5%
Condições habitação	Boas condições	7	41,2%
	Algumas condições	6	35,3%
	Más condições	4	23,5%

Tabela 6: A maior parte das mulheres inquiridas refere não ter autonomia financeira (58,8%, contra 41,2% com autonomia), o que é confirmado pela elevada percentagem com acesso ao rendimento mínimo (41,2%). Seguem-se, com uma percentagem de 23,5% respectivamente, 4 casos de rendimento médio e 4 casos que o não sabem definir. A conjugar com os dados acerca da situação profissional, observa-se um caso (com emprego) com rendimento ao nível do ordenado mínimo (5,9%), e por último um caso (que será com certeza excepcional) de rendimento alto (5,9%).

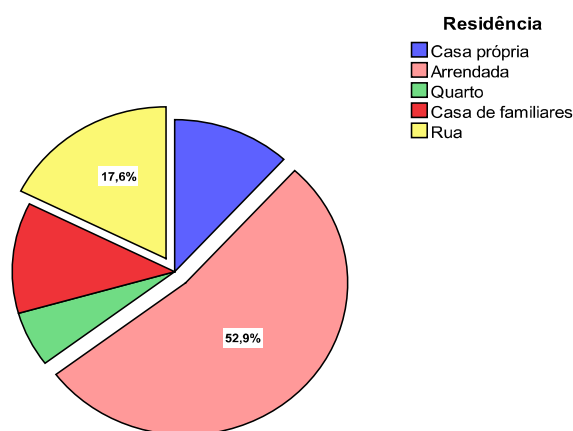


Gráfico 5- No que respeita à habitação, cerca de metade da amostra (52,9%) vive em casa arrendada, 17,6% vive na rua, 11,8% tem casa própria e a mesma percentagem de

sujeitos vive em casa de familiares. Regista-se ainda um caso de uma mulher (5,9%) a viver em quarto alugado. A classificação das condições de habitação é razoável, sendo maioritariamente consideradas “boas” (41,2%) ou “algumas/suficientes” (35,3%). Apenas 23,5% da amostra refere viver em más condições habitacionais.

2. Prostituição

		N	%
Tempo prostituição	Menos de 1 ano	5	29,4%
	Entre 1 e 3 anos	4	23,5%
	Entre 3 e 5 anos	2	11,8%
	Entre 5 e 10 anos	3	17,6%
	Mais de 10 anos	1	5,9%
	Mais de 20 anos	2	11,8%
Satisfação com a actividade	Sim	5	29,4%
	Não	12	70,6%

Tabela 7: De acordo com os dados apresentados na tabela temos um maior número de mulheres que se prostituem à menos de 1 ano (29,4%) ou apenas entre 1 e 3 anos (23,5%), factor que pode funcionar como facilitador para o abandono da actividade e conveniente reinserção social. Das restantes inquiridas, 3 referem estar nesta actividade entre os 5 e os 10 anos (17,6%), 2 entre os 3 e os 5 anos (11,8%), havendo 2 outras mulheres que referem já desempenhar estas funções há mais de 20 anos (11,8%) e ainda 1 que já se prostitui há mais de 10 anos.

Como seria de esperar, a satisfação com a actividade apresenta um saldo negativo (70,6% contra 29,4% de casos que se dizem satisfeitas com a situação de prostituição).

2.1. Motivação para a actividade

	N	%
Sustentar dependentes	1	5,9%
Toxicodependência	2	11,8%
Ruptura familiar	1	5,9%
Necessidade de dinheiro	4	23,5%
Desemprego	1	5,9%
Obrigação/coacção	1	5,9%
Necessidade de dinheiro e desemprego	2	11,8%
Doença psicológica/psiquiátrica	1	5,9%
Sustentar dependentes, ruptura familiar, necessidade	1	5,9%
Ruptura familiar e necessidade de dinheiro	2	11,8%
Toxicodependência, ruptura familiar, necessidade de	1	5,9%

Tabela 8: Observa-se, a partir de uma análise global da tabela, que uma das principais motivações para o início da prostituição está associada à necessidade de dinheiro, seja ele o único factor apontado (23,5%), ou surgindo em associação com outros: a) desemprego (11,8%); b) ruptura familiar (11,8%); c) necessidade de sustentar dependentes, ruptura familiar, desemprego e a coacção (5,9%); d) toxicodependência, ruptura familiar e desemprego (5,9%).

Outros motivos considerados isoladamente como factores precipitantes do início da actividade incluem a toxicodependência (11,8% dos casos), a necessidade de sustentar dependentes (5,9%), a ruptura familiar (5,9%), o desemprego (5,9%), a coacção (5,9%) e a existência de perturbação psiquiátrica (5,9%).

2.2. Condições para o abandono da actividade

	N	%
Emprego	6	35,3%
Outros rendimentos	3	17,6%
Abandono de dependência	1	5,9%
Mais habilitações literárias/profissionais	2	11,8%
Outros rendimentos e aproximação familiar	1	5,9%
Outros rendimentos e ruptura com o companheiro	1	5,9%
Pagamento de dívidas	1	5,9%
Emprego e outros rendimentos	1	5,9%
Emprego, outros rendimentos e abandono de dependências	1	5,9%

Tabela 9: Para o abandono da prostituição, a maioria das mulheres considera como condição preferencial o emprego (35,3%). Este factor aparece ainda associado a outros como, por exemplo, ter outras formas de rendimento (5,9%) ou o abandono de dependências (5,9%). A existência de outros rendimentos é condição apontada por 17,6% dos sujeitos, aparecendo ainda em associação com a aproximação familiar (5,9%) e a ruptura com o companheiro (5,9%). As habilitações literárias e profissionais são consideradas como factor de abandono por 11,8% das mulheres, surgindo por último, e isoladamente, o abandono de dependência (5,9%) e o pagamento de dívidas (5,9%).

2.3. Ganhos com a prostituição

	N	%
Dinheiro/sustento/sobrevivência	5	29,4%
Vícios e alimentação	1	5,9%
Poucos/Nenhum	3	17,6%
Conhecer melhor os homens	1	5,9%
Pagamento de dívidas, modo de vida bom	1	5,9%
Não sabe definir	1	5,9%
Sustentar dependência	1	5,9%
Não respondeu	4	23,5%

Tabela 10: À questão sobre os ganhos obtidos com a prática da prostituição apenas responderam 13 mulheres (23,5% não responderam), das quais uma refere não os saber definir (5,9%).

Das respondentes, a maioria considera que os principais ganhos são ao nível da obtenção de dinheiro para se sustentarem (29,4%), seguindo-se aquelas que perspectivam os ganhos como poucos ou inexistentes (17,6%).

Devem ainda ser referidos os casos únicos de resposta que correspondem a 5,9% da amostra total, respectivamente – mulheres que consideram a prostituição como a) meio para sustentar vícios e alimentação; b) forma de conhecer melhor os homens; c) modo de vida e meio de pagamento de dívidas; d) meio para sustentar dependências.

2.4. Clientes

		N	%
Como perspectiva dos clientes	Pessoas comuns	2	11,8%
	Amigos	2	11,8%
	Como bons e maus; alguns	1	5,9%
	Pessoas que procuram prazer	1	5,9%
	Não respondeu	9	52,9%
	Resposta inválida	2	11,8%
Idade clientes	Entre 20 e 30 anos	2	11,8%
	Entre 30 e 40 anos	1	5,9%
	Entre 40 e 50 anos	2	11,8%
	Entre 20 e 40 anos	3	17,6%
	Entre 30 e 50 anos	2	11,8%
	Entre 20 e 50 anos	2	11,8%
	Maiores de 20 anos	2	11,8%
	Maiores de 30 anos	2	11,8%
	Maiores de 40 anos	1	5,9%

Tabela 11: Pese embora a fraca expressão de respostas (52,9% não responderam e 11,8% deram respostas inválidas), é interessante analisar o modo como as mulheres da

amostra percebem os seus clientes. Uma percentagem de 11,8%, respectivamente, vê os clientes como “pessoas comuns” ou como “amigos”, e uma igual percentagem de 5,9% dá uma resposta esperada – “pessoas que procuram prazer” – e outra revelando certa sensibilidade no conhecimento do cliente – “procura de afecto” –, das motivações surdas que o levam à procura dos serviços oferecidos pela prostituição.

Da análise da segunda parte da tabela podemos considerar, de forma geral, que os sujeitos que recorrem à prostituição têm uma idade altamente variável, nada se podendo concluir acerca da procura destes serviços em função da faixa etária dos clientes.

3. Dependências

		N	%
Bebe	Sim	4	23,5%
	Não	13	76,5%
Fuma	Sim	15	88,2%
	Não	2	11,8%
Consome drogas	Consumidora	3	17,6%
	Ex-consumidora	1	5,9%
	Nunca consumiu	13	76,5%
Tipo droga	Heroína	1	5,9%
	Cocaína	1	5,9%
	Heroína, cocaína, haxixe,	1	5,9%
	Heroína + Cocaína + Haxixe	1	5,9%
	Não se aplica	13	76,5%
Motivação 1º consumo	Curiosidade	4	23,5%
	Curiosidade e refúgio	1	5,9%
	Esquecer problemas	1	5,9%
	Não se aplica	11	64,7%

Tabela 12: Além da prostituição, foram foco de atenção comportamentos de risco associados ao consumo de substâncias aditivas. Temos, portanto, uma maioria de mulheres que não consome bebidas alcoólicas (76,5% contra 23,5% consumidoras), ao contrário do que acontece com o cigarro, sendo 88,2% fumadoras.

Já no que diz respeito ao consumo de drogas duras, a maioria das mulheres nunca consumiu (76,5%), sendo que 3 são consumidoras (17,6%) e apenas 1 é ex-consumidora (5,9%). Das que consomem ou já consumiram drogas observam-se dois casos de consumo de uma única substância, nomeadamente heroína (5,9%) e cocaína (5,9%), e dois casos de poli-consumos, representando cada um deles 5,9% da amostra total.

Por último, e antes de passarmos à análise dos dados restantes, convém referir que há uma incongruência relativamente ao número de mulheres que referem nunca ter consumido e o número de respostas válidas para o motivo do primeiro consumo, facto que será eventualmente explicado por se ter considerado que a questão sobre motivações estava a abarcar não só o consumo como a experimentação única. Assim, aquelas que alguma vez consumiram ou experimentaram referem tê-lo feito por curiosidade (23,5%), por curiosidade ou procura de refúgio (5,9%) ou apenas para esquecer problemas (5,9%).

4. Agressões

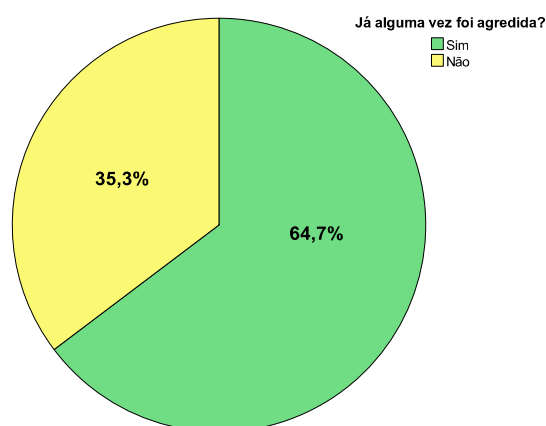


Gráfico 6- A confirmar a ideia de risco associado à prostituição está o facto de grande parte das mulheres ter sido vítima de agressão durante o exercício da actividade (64,7% contra 35,3% não agredidas).

		N	%
Circunstâncias da agressão	Roubo/assalto	6	35,3%
	Recusa de pedido de cliente	1	5,9%
	Roubo e abuso de confiança	1	5,9%
	Na rua, enquanto se prostituía	1	5,9%
	Serviço/deslocação	1	5,9%
	Não sabe	1	5,9%
	Não se aplica	6	35,3%

Tabela 13- Relativamente às agressões ocorrem em contextos situacionais diferentes – assalto (35,3%), recusa a pedidos de clientes (5,9%), abuso de confiança (5,9%), enquanto se prostituía na rua (5,9%) ou durante deslocação com cliente (5,9%).

5. Contactos com o sistema judicial

		N	%
Contacto Sistema de	Sim	10	58,8%
	Não	7	41,2%
Circunstâncias do contacto	Regulação do poder paternal	2	11,8%
	Queixosa	1	5,9%
	Cumplicidade em assalto	1	5,9%
	Divórcio	1	5,9%
	Diversas circunstâncias	1	5,9%
	Processo de adopção	1	5,9%
	Não respondeu	3	17,6%
	Não se aplica	7	41,2%

Tabela 14: Mais de metade das mulheres inquiridas (58,8%) referem já ter tido contacto com o sistema judicial, sendo que dessas 17,6% não revelaram as circunstâncias em que ocorreu, e um total de 11,8% (5,9% para cada um dos casos) apresentaram respostas vagas, a saber, “diversas circunstâncias” e “queixosa”. Foram apurados dois

casos de envolvimento em processo de regulação de poder paternal (11,8%), um caso de divórcio (5,9%), um de adoção (5,9%) e por fim um caso de envolvimento (involuntário, segundo a respondente) em actividade criminosa, nomeadamente roubo/assalto (5,9%).

6. Serviços de saúde e apoio social

		N	%
Serviços de saúde	Centro de saúde	6	35,3%
	Hospital	1	5,9%
	Médico particular	3	17,6%
	Centro de saúde + Hospital	3	17,6%
	Centro de saúde + Médico particular	1	5,9%
	Todos	3	17,6%
Apoio social	Segurança social	8	47,1%
	Segurança social, IPSS, outros	2	11,8%
	Nenhum	1	5,9%
	Não respondeu	6	35,3%
Prevenção ¹	Sim	16	94,1%
	Não	1	5,9%

¹”As instituições dão as respostas necessárias à prevenção de actividades sexuais de risco?”

Tabela 15: O apoio ao nível da saúde é sobretudo garantido pelos centros de saúde, seja como único recurso (35,3%) seja como uma possibilidade de apoio de entre outras disponíveis – hospital (17,6%), médico particular (5,9%) ou ambos (17,6%). É possível observar também que o recuso exclusivo a médico particular (17,6%) é superior ao hospital (5,9%). A estrutura de apoio social mais procurada é a segurança social (47,1%), havendo alguns casos em que este se conjuga com o apoio de IPSSs ou outros organismos (11,8%). Registou-se ainda um caso que diz não ter qualquer apoio (5,9%). No que diz respeito a comportamentos sexuais de risco, a totalidade da amostra diz proteger-se com o uso do preservativo (100%), considerando também na sua grande maioria que a resposta das instituições para a prevenção destes comportamentos é suficiente (94,1%).

7. Associação Existências

		N	%
Apoio social	Sim	6	35,3%
	Não	11	64,7%
At. outreach	Sim	10	58,8%
	Não	7	41,2%
At. em gabinete	Sim	3	17,6%
	Não	14	82,4%
Material preventivo e informativo	Sim	17	100%
	Não	0	0%
Educação para a saúde e educação entre pares	Sim	7	41,2%
	Não	10	58,8%
Facilitação do acesso a outras entidades	Sim	2	11,8%
	Não	15	88,2%
Encaminhamentos	Sim	4	23,5%
	Não	13	76,5%
Investigação/acção	Sim	1	5,9%
	Não	16	94,1%
Apoio jurídico	Sim	2	11,8%
	Não	15	88,2%
Doação de bens de 1ª necessidade	Sim	4	23,5%
	Não	13	76,5%
Encaminhamento formação → re inserção	Sim	1	5,9%
	Não	16	94,1%

Tabela 16: Os serviços de apoio disponibilizados pela Associação Existências e mais procurados pelas mulheres da amostra são o fornecimento de material preventivo e informativo (100%) e o atendimento *outreach* (58,8%). Segue-se a educação para a saúde e a educação entre pares (42,2%), o apoio social (35,3%) e com percentagens iguais os encaminhamentos e a doação de bens de 1ª necessidade (23,5%, respectivamente). É menos expressiva a procura de atendimento em gabinete (17,6%), a busca de vias de acesso a outras entidades (11,8%) ou pedidos de apoio jurídico (11,8%), bem como os planos de investigação/acção (5,9%) e ainda o encaminhamento para formação com vista à reinserção (5,9%).

Convém lembrar ainda que as percentagens apresentadas dizem respeito à contagem da amostra total para cada um dos serviços, sendo que na maior parte dos casos as mulheres recorrem à associação com vista à obtenção de ajuda em diferentes áreas da sua vida.

7.1. Satisfação com a Associação Existências

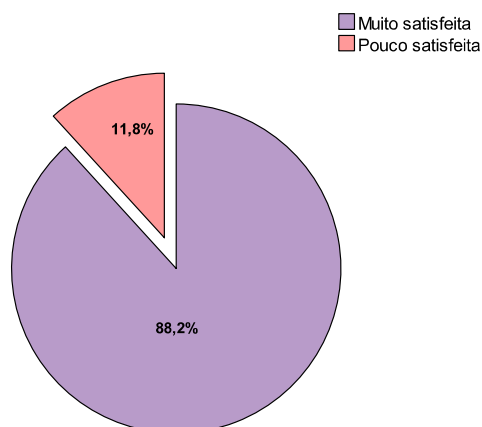


Gráfico 7- Por último avaliou-se o grau de satisfação da amostra com os serviços prestados pela Associação Existências, o qual foi bastante positivo – 88,2% consideram-se muito satisfeitas com o apoio dado pela instituição.

Tabela 17: Correlação entre idade e número de elementos do agregado familiar

Correlação de Pearson	R	0,423
	Sig.	0,091

Não existe correlação entre a idade das mulheres que compõem a amostra e o número de elementos do agregado familiar (sig.> 0,05).

Tabela 18: Correlação entre idade e grau de escolaridade

Correlação de Spearman	P	-0,205
	Sig.	0,429

Não existe correlação entre a idade das mulheres que compõem a amostra e o grau de escolaridade (sig.> 0,05).

Tabela 19: Correlação entre o número de elementos do agregado familiar e o tempo de prostituição

Correlação de Spearman	P	0,099
	Sig.	0,705

Não existe correlação entre o número de elementos do agregado familiar e o tempo de prostituição referido pelas mulheres inquiridas (sig.> 0,05).

Tabela 20: Correlação entre o grau de relação com a família e o tempo de prostituição

Correlação de Spearman	P	0,182
	Sig.	0,485

Não existe correlação entre o grau ou tipo de relação mantida com a família e o tempo de prostituição (sig.> 0,05).

IV- Discussão de Resultados

Uma mulher que se entrega a uma vida desordenada não é por isso uma prostituta, uma mulher debochada não se segue que seja prostituta; é a passagem de uma vida honesta ao estado de objecção de uma classe que se separa da sociedade e a ela renuncia; e que por hábitos escandalosos, constante e acintosamente públicos, abjura as leis comuns que a regem. Tratamos daquelas que recolhem publicamente homens por dinheiro, que têm uma notoriedade pública, que fazem mal publicamente do seu corpo ganhando dinheiro e o que fazem constantemente a quem quer que for. (Cruz, 1984)

No início do questionário comecei por fazer algumas perguntas de triagem, como é o caso da idade, naturalidade, estado civil, escolaridade, experiência profissional e situação profissional. Deste modo, podemos verificar na tabela 1,2 e 4 e no gráfico 1 e 3 que a maior parte das prostitutas são naturais de Coimbra (35.3%), havendo ainda duas da Figueira da Foz, outras duas de Lisboa e o resto distribuiu-se um pouco por todo o país e até mesmo pelo estrangeiro. Quanto ao estado civil das nossas inquiridas, 41.2% são solteiras e 29.4% divorciadas. Relativamente ao grau de escolaridade 29.4% têm o 3º ciclo, 23.5% têm o secundário e 17.6% apenas sabe ler e escrever. A média das idades situa-se nos 35 anos, embora tenhamos prostitutas com 18 e com 60 anos. Em relação à situação profissional 70.6% estão desempregadas e quanto à experiência profissional são nas mais diversas áreas, desde cabeleireira, a empregada fabril, passando por lojista ou pela limpeza. De facto há diversas áreas pelas quais passaram, o que quer dizer que dado as idades de algumas delas e a quantidade de experiências que já tiveram, a maior parte desses empregos foram precários. Quando feita uma correlação entre a idade e o grau de escolaridade (tabela 18) podemos verificar que não existe correlação entre a idade das mulheres que compõem a amostra e o grau de escolaridade.

A prostituição fora de casa faz-se nas ruas, parques e outros locais públicos. As zonas variam muito de cidade para cidade; algumas são em bairros residenciais agradáveis, outras na periferia da cidade, perto de clubes nocturnos ou em áreas industriais. Os portos de mar têm, muitas vezes, uma zona de prostituição perto das docas. (Europap, 1998)

O arquétipo da mulher - puta surge de facto na literatura com uma frequência que não é de modo algum justificada pelo lugar que as prostitutas ocupam na sociedade e cuja única explicação se encontra na benevolência que os homens sentem por esta versão de existência feminina. Prostituir-se é como viver um eterno Inverno. Ao principio isto parece

impossível e depois, com o tempo, acaba-se por se dizer que a palavra Sol não passa de uma palavra inventada pelos homens. (Cordelier & Laroche, 1976)

É habitual pensarmos na família como o lugar onde naturalmente nascemos, crescemos e morremos, ainda que, nesse longo percurso, possamos ir tendo mais do que uma família. Referimo-nos, naturalmente, à nossa família nuclear, à família de origem do nosso cônjuge. Hoje em dia, com o aumento das separações, divórcios e recasamentos (ou novas uniões), o número de famílias de que vamos fazendo parte pode aumentar consideravelmente. Este é, então, um espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interacção: os contactos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações afectivas profundas: a filiação, a fraternidade, o amor, a sexualidade... numa trama de emoções e afectos positivos e negativos que, na sua elaboração, vão dando corpo ao sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela e não a outra qualquer família. Mas a família é, também um grupo institucionalizado, relativamente estável, e que constitui uma importante base da vida social. (Alarcão, 2006)

Ao olharmos para a tabela 5 e para o gráfico 4 podemos averiguar que um número significativo de inquiridas (cinco) respondeu que são apenas elas próprias que compõe o seu agregado familiar e que com a mesma percentagem, 29.4% consideram que são elas próprias e mais uma outra pessoa, pessoa essa que pode ser o filho, o marido ou companheiro, ou ainda a sua própria mãe. Depois da definição acima referida sobre família e núcleo familiar, é um pouco preocupante ver que a família destas prostitutas é desestruturada visto que a família deveria ser um núcleo fechado onde os sentimentos são uma constante. Neste tipo de população é frequente ver-se entradas e saídas de membros da família mais próxima, no que toca a marido, companheiro, namorado ou até mesmo os pais ou os filhos, visto que são pessoas muito inconstantes. Em conformidade, a relação com a família, 29.4% é boa, e a mesma percentagem é má. Havendo uma pequena percentagem 5.9% onde não existe qualquer relação. Ao analisarmos a tabela 17 verificamos que não existe correlação entre a idade das mulheres que compõem a amostra e o número de elementos do agregado familiar.

Podemos dizer que cada família é um todo (é mais do que a soma dos elementos que a constituem), mas é também parte de outros sistemas, de contextos mais vastos nos quais se integra (comunidade, sociedade). Por outro lado, dentro da família existem outras totalidades mais pequenas que são, elas próprias, partes do grupo total (são os seus

subsistemas, o menor dos quais é o indivíduo). Tal concepção, de uma hierarquização sistémica que entende a família como um sistema entre sistemas e que coloca toda a ênfase nas relações estabelecidas, permite que nem o indivíduo, nem o meio, sejam desprezados nesta abordagem. (Relvas, 2003)

Segundo (Ausloos, 2003), actualmente, e cada vez mais, ninguém está verdadeiramente preparado para educar uma criança mesmo quando esta criança foi realmente querida e desejada. Sociólogos, sexólogos e psicólogos estão de acordo em dizer que se está menos bem preparado agora que anteriormente para esta função absolutamente essencial. Antigamente, de facto, na província, vivia-se na família alargada na qual os mais velhos ensinavam a educar os mais jovens, e os mais jovens se ocupavam dos filhos dos mais velhos. Pegando nesta deixa do autor, podemos dizer que actualmente vivemos numa sociedade muito egocêntrica, centrada apenas na sua comodidade, e bem-estar, não querendo ter responsabilidades acrescidas como é o caso dos filhos. Neste caso de população não é diferente, mas o risco de engravidarem é muito maior, e por vezes não se consegue evitar ter filhos, o que se por um lado é positivo para a natalidade do país, por outro surgem diversos problemas e como normalmente têm uma enorme instabilidade, acabam ou por os deixar ficar à guarda da figura paterna, ou dos seus próprios pais, por vezes as crianças são institucionalizadas ou em último caso acabam mesmo por ser adoptadas. Olhando para o gráfico 2 e a tabela 3 podemos ver que 94.1% da nossa amostra tem filhos, o que significa que apenas uma prostituta não tem e deste número 17.6% estão institucionalizados. E ainda 50% da amostra tem só um único filho, mas 18.8% tem três filhos.

O facto de esta população ter filhos é por vezes preocupante, devido ao facto de na tabela 6 podermos contemplar que 17.6% vive na rua, e que 52.9% vivem em sítios arrendados que podem ser desde casas a meras pensões numa qualquer esquina. Fico um pouco mais tranquila quando 42.2% diz que essas habitações têm boas condições, 35.3% algumas condições e apenas 23.5% más condições. Mas também não poderíamos exigir muito mais, visto que relativamente ao nível económico, 41.2% diz que é muito baixo (rendimento mínimo) e 23.5% diz que é médio (600€ a 1000€). Relativamente à autonomia financeira, 58.8% dizem que não são autónomas financeiramente, ou seja que não conseguem suportar sozinhas os seus encargos mensais.

Relativamente à questão da motivação para a actividade podemos observar que há alguma diversidade de respostas. Por isso podemos dizer que se o número de causas que

podem conduzir uma mulher à prostituição é aparentemente ilimitado, é porque cada caso de prostituição representa, por si só, um caso particular. Acima de tudo, isto tem a ver com o facto de não haver geralmente uma única causa determinante mas tratar-se muito frequentemente, de um conjunto de várias causas que actuam em concorrência. De facto nunca ouvi das prostitutas que interroguei, nenhuma delas dizer que se prostituía porque tinha fome. Por conseguinte, as causas da prostituição são bastante numerosas e seria arriscado pretender classifica-las na medida em que actuam em concordância sobre a decisão final das interessadas. A causa económica foi sempre considerada como condição *sine qua non* da prostituição: é certo que a pobreza, a insegurança material e o mal-estar social são outras tantas causas directas, mas sabemos igualmente que a prostituição aumenta com a riqueza de uma cidade ou de um país. Por vezes estas respostas politicamente correctas escondem o gosto pelo dinheiro fácil, o desejo de levar uma boa vida, gosto pelo luxo, gosto pelo divertimento e a necessidade de prazeres superficiais e o gosto de uma atmosfera fortemente erotizada. Sabe-se que é durante a adolescência que a rapariga toma a decisão de se prostituir, mesmo que só venha a fazê-lo efectivamente alguns anos mais tarde. (Dallayrac, 1978)

É de salientar na tabela 7 que cinco das inquiridas prostituem-se há menos de um ano e que duas se prostituem há mais de vinte anos. Deste modo apurámos que cinco estão satisfeitas com a actividade, mas doze não estão, mas receio dizer que as que não estão satisfeitas nunca fizeram nada para mudar, pois acomodam-se a um estilo de vida muito elevado. Mas curiosamente na tabela 9 relativamente às condições para o abandono da actividade, seis responderam que se tivessem outro emprego que deixariam a actividade e da pouca experiência que tenho pude constatar em conversa informal que muitas delas têm propostas de emprego, mas que não conseguem deixar esta profissão, algumas delas tentam, mas aliciadas por uma vida melhor, voltam quase sempre. Relativamente aos ganhos com esta prática, cinco responderam que ganham dinheiro para a sua vida, para o seu sustento. Quanto à tabela 19 apurou-se que não existe correlação entre o número de elementos do agregado familiar e o tempo de prostituição. Relativamente à tabela 20 também não se verificou correlação entre o grau ou tipo de relação mantida com a família e o tempo de prostituição.

Quanto à faixa etária dos clientes (tabela 11), é algo dispersa, embora exista uma maior incidência entre os 20 e os 40 anos. Em relação ao que as prostitutas pensam acerca destes seus clientes, a maior parte (52.9%) não respondeu e as outras respostas foram um

pouco vagas. É de destacar apenas que 11.8% das inquiridas acham-nos seus amigos e a mesma percentagem acham-nos pessoas comuns.

A prostituição, fenómeno também ele complexo, conceito também ele fruto de processos de construção social que lhe alteram as características, olhares, actores e práticas ao longo dos tempos, é um dos domínios em que a violência e a vitimação ocorrem com elevada frequência e intensidade. Dessa forma, é fundamental tentar perceber em que contextos e de que forma ocorre a violência exercida sobre as prostitutas e quais as suas consequências, de forma a melhor podermos compreender o fenómeno e intervir junto desta população. Tal como no caso da violência, podemos definir diferentes tipos de abuso: físico (através de diferentes acções que causam danos à integridade corporal da pessoa), psicológico e emocional (entre outros meios, através da manipulação afectiva, de jogos de dominação, dos ataques verbais e da humilhação), abuso económico (por exemplo, através do controlo de todos os bens e recursos económicos, deixando a vítima na sua total dependência), abuso sexual (não apenas a violação, o sexo forçado ou sem consentimento, mas também o negar ao outro a contracepção ou a protecção contra doenças sexualmente transmissíveis), e o isolamento (cortando todos os laços da vítima com a família e /ou amigos, ou impedindo globalmente o contacto da vítima com a rede de suporte social ou com os serviços de assistência médica, social, etc). (Machado & Gonçalves, 2002)

Ao olharmos para o gráfico 6 podemos ver que numa amostra de 17, onze prostitutas já foram agredidas, e quando questionadas acerca das circunstâncias da agressão (tabela 13), podemos ver que seis responderam que foram assaltadas e /ou roubadas e que três foram abusadas no exercício da sua profissão. Mesmo quando não se considera a prática da prostituição, por si só, uma forma de vitimização das mulheres, é conhecido que as prostitutas, sobretudo as de rua, são alvo de vários tipos de crimes e de actos violentos. Podemos enquadrar esta relação entre prostituição e violência/vitimização em três grandes eixos: 1- a estigmatização e associação a outros comportamentos desviantes; 2- a insegurança e vitimização associadas às condições eco-sociais do exercício da prostituição; e 3- o ciclo da violência e o paralelo com a violência conjugal ou doméstica. O primeiro eixo prende-se, sobretudo, com os processos de estigmatização, exclusão, marginalização e violência associados aos comportamentos desviantes e com a própria ligação à criminalidade, a partir do momento em que a prostituição, não sendo em Portugal um crime, habita numa espécie de “limbo legal” e está inserida num “mundo de ilícitos” sem os quais não sobrevive (desde logo, o lenocínio, o incitamento à prática de acto prostitutivo

e atentado ao pudor; mais recentemente a ligação ao consumo e tráfico de droga e as redes de tráfico de mulheres e de exploração sexual. (Machado & Gonçalves, 2002).

O segundo eixo prende-se com a questão da insegurança nas ruas (dimensões objectiva e subjectiva) e da vitimização criminal que resultam, não só da ligação da prostituta a este “mundo do ilícito e do crime”, como também das condições eco-sociais em que se desenvolve a sua prática. (Machado & Gonçalves, 2002) Se olharmos para a tabela 14 podemos apurar que dez das 17 prostitutas inquiridas já estiveram em contacto com o sistema de justiça, para além de três não terem respondido ao motivo, duas referiram que se prendeu com a regulação do poder paternal, uma por ter sido cúmplice de um assalto, outra devido a um processo de adopção da sua filha e uma outra por causa de um processo de divórcio.

Por último, o terceiro eixo da relação prostituição – violência permite-nos estabelecer um paralelismo com as situações de vitimação das restantes mulheres. Se é hoje quase consensual que a violência, muito particularmente a violência contra as mulheres, resulta em grande medida de uma situação de desigualdade de poder e direitos entre agressores e vítimas, então, a maioria das prostitutas estará no topo da vulnerabilidade à violência; constituirão uma espécie de “vítimas por excelência”. (Machado & Gonçalves, 2002)

O aparecimento de toxicodependentes que recorrem à prostituição como via para sustentar os seus consumos, não só aumenta a estigmatização e a rejeição social de que estas mulheres são alvo – levando as prostitutas não toxicodependentes a implementarem diferentes estratégias no sentido de manterem as restantes afastadas das suas zonas de trabalho. (Machado & Gonçalves, 2002) Relativamente à tabela 12 podemos aferir que apenas três prostitutas reconhecem que são consumidoras e uma que é ex-consumidora, mas curiosamente quando questionadas acerca da motivação para o primeiro consumo, seis deram respostas, o que revela que por algum tipo de estigma social não responderam com verdade à questão em cima. O principal motivo para o primeiro consumo foi a curiosidade o que quer dizer que depois de experimentarem uma primeira vez para saberem quais os efeitos, não mais conseguiram deixar. Curiosamente no meu ponto de vista, foram as respostas dadas quando questionadas acerca do consumo de bebidas alcoólicas, onde apenas quatro referiram que sim, mas quinze não se inibiram de responder que fumavam, talvez porque na nossa sociedade o consumo de álcool em demasia está mais associado aos homens e tem uma conotação bastante negativa. “O cerco está montado, é uma bola de

neve quase impossível de acabar, vende-se o corpo para comprar a droga; droga-se o corpo para este poder, se vender nas esquinas ou nas avenidas nobres da cidade” (Pinto, 2001)

Considerando a construção social da SIDA como uma enfermidade, de transmissão por via sexual, que se contagia através dos fluidos corporais – vaginais e especialmente através do sémen e tendo em conta a crescente difusão desta doença, os órgãos oficiais formulam estratégias para responder a esta situação. Como medida de prevenção e sobretudo para a população em idade reprodutiva, foi implementado o uso de preservativo masculino. (Medeiros, 2000). Felizmente que a maior parte das inquiridas responderam que usavam preservativo, tendo apenas uma respondido que não usava. Significa que o trabalho da Associação Existências tem sido bem feito, na medida em que se tenta todos os dias alertar para esta epidemia à escala local e para combater isso mesmo, todos os dias, membros desta associação saem à rua para a distribuição gratuita de preservativos, tanto femininos como masculinos. Havendo só uma pequena parte que utiliza os preservativos femininos, uma parte nunca experimentou e as que experimentaram, a maior parte não gostou, tendo achado que não são tão práticos o que poderia levar a que o seu companheiro / cliente desistisse do acto. Como também podemos analisar na tabela 16 e no gráfico 7, esta população está satisfeita com o trabalho desta associação e especialmente procuram o atendimento em *Outreach*, o apoio social, o material preventivo e informativo, a educação para a saúde e a educação entre pares, alguns encaminhamentos e alguns bens de primeira necessidade.

Ao olharmos para a tabela 15, podemos vislumbrar que 35.3% da nossa população alvo recorre ao centro de saúde quando têm algum tipo de problema relacionado com a saúde e que 17.6% desta mesma população visita o seu medico particular quando tem algum problema. Em relação ao apoio social, a maior parte 47.1% respondeu que recorre à Segurança Social aquando algum problema do foro social. Deste modo, podemos dizer que o suporte social é, actualmente, um dos principais conceitos na psicologia da saúde. Estas redes de suporte social, aliam a dor numa situação de crise, podem inibir o desenvolvimento de doenças e quando o indivíduo está doente tem um papel bastante activo na recuperação do indivíduo. Existem várias perspectivas estruturais da rede que são: tamanho ou dimensão: número de indivíduos com quem a pessoa central mantém contacto pessoal, ou seja, o número de pessoa que compõem a sua rede social pessoal; densidade: refere-se às interacções que se estabelecem entre os elementos constituintes da rede independentemente da pessoa central; homogeneidade e heterogeneidade: os sub-

sistema que compõem a rede podem identificar-se mas ou menos de acordo com características como: atitudes, experiências, valores, idade, sexo, nível sócio-cultural e sócio-económico; composição ou distribuição: pretende identificar, em função do tamanho, qual a equivalência proporcional de elementos constituintes em cada quadrante em cada um dos círculos da rede; dispersão: faz referência à distância geográfica entre os membros que compõem a rede; atributos do vínculo: cada vínculo pode ser analisado em função dos atributos, isto é, tendo em vista a função que prevalece, a sua multiplicidade ou versatilidade, a sua reciprocidade, a sua intensidade, a frequência de contactos e a sua história. (Guadalupe, *Intervenção em Rede*, 2009)

V- Conclusões

Mudam-se os tempos, mas parece que as motivações para a prostituição permanecem perenes no tempo. Este trabalho começou por ser um desafio pessoal que tinha como objectivo o conhecimento aprofundado do mundo da prostituição, mundo este que sempre considerei à parte. Decidi então começar a fazer voluntariado na Associação Existências, para deste modo me integrar com esta população. Tal como eu previa, cada dia me fascinava mais do que o anterior e assim surgiu a ideia para o tema da dissertação. Mas depois da teoria, passar à prática é que foi mais complicado. É uma população muito vulnerável e por isso tornou-se muito fechada, tendo dificultado a investigação.

O inquérito por questionário foi a opção escolhida para obter o maior número de informação relevante, mas que se revelou bastante complicado, pois estive durante nove meses a tentar recolher a informação e no final só consegui obter 17 questionários, que reconheço serem poucos para uma investigação deste tipo, mas que não foi por falta de esforço da minha parte, mas sim, por algumas reticências por parte desta população em responder a este tipo de questionários e por também por vezes não se mostrarem disponíveis devido à falta de tempo. Outra entrave encontrada foi o facto de uma boa parte desta população não ter nacionalidade portuguesa, logo a comunicação foi sempre feita com alguma dificuldade.

Deste modo, e depois de toda a recolha da informação e tratamento desses mesmos dados, pode-se concluir que esta população recorre tanto a redes de suporte primárias como secundárias, pois quando têm algum tipo de dificuldade, por vezes recorrem à família e amigos para tentarem resolver os problemas, mas por outro lado, quando precisam de auxílio recorrem a Instituições como a Segurança Social ou até mesmo como a Associação Existências para tentarem a resolução dessa mesma dificuldade.

Relativamente a futuras investigações, seria interessante aumentar a população – alvo, alargar esta investigação a outras localidades onde existam associações que prestem apoio nos mesmos moldes da Associação Existências e talvez a utilização de um instrumento de avaliação mais fidedigno, visto que o formato que utilizei através de questionário nem sempre se revelou verdadeiro, tendo constatado isso aquando da catalogação das respostas.

VI- Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto.
- Ausloos, G. (2003). *A competência das famílias*. Lisboa: Climepsi.
- Carmo, I., & Fráguas, F. (2002). *Putas de Prisão*. Porto: Dom Quixote.
- Cordelier, J., & Laroche, M. (1976). *Crónica da mais velha profissão do mundo*. Amadora: Livraria Bertrand.
- Costa, J. M., & Alves, L. B. (2001). *Prostituição 2001*. Lisboa: Colibri.
- Cruz, F. I. (1984). *Da Prostituição na Cidade de Lisboa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Dallayrac, D. (1978). *O novo rosto da prostituição*. Lisboa: Vega.
- Elkaim, M. (1995). *Panorama de Thérapies Familiales*. Paris: Du Seuil.
- Europap. (1998). *Cuidar da Saúde - Desenvolver serviços para as pessoas que se prostituem na Europa*. Lisboa: Europress.
- Feminina, C. C. (2002). *Estudo de caracterização da Prostituição de Rua no Porto e Matosinhos*. Porto: Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres.
- Guadalupe, S. (2003). *Interacções - número 5*. Coimbra: Quarteto.
- Guadalupe, S. (2009). *Intervenção em Rede*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Machado, C., & Gonçalves, R. A. (2002). *Violência e Vítimas de Crimes*. Coimbra: Quarteto.

Mauclair, C. (1817). *De L'Amour Physique*. França: Saint Maixent.

Medeiros, R. d. (2000). *Hablan las Putas - Fantasías y realidad en la Prostitución*. Barcelona: Virus.

Oliveira, A. (2004). *As Vendedoras de Ilusões - Estudo sobre Prostituição, Alterne e Striptease*. Lisboa: Notícias.

Pais, J. M. (2008). *A Prostituição e a Lisboa Boémia - do século XIX a inícios do século XX*. Porto: Ambar.

Pessoa, A. A. (2006). *Os bons velhos tempos da Prostituição em Portugal*. Lisboa: Antígona.

Pinto, R. S. (2001). *Putas à Moda do Porto*. Porto: Edições Mortas.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Redentor, O. S. (2005). *Quem levou o meu ser? - Mulheres de Rua*. Lisboa: Divisão de Imprensa Municipal.

Relvas, A. P. (2003). *Por detrás do Espelho*. Coimbra: Quarteto.

Ribeiro, M., Silva, M. C., Ribeiro, F. B., & Sacramento, O. (2005). *Prostituição Abrigada em Clubes (Zonas Fronteiriças do Minho e Trás-os-Montes)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Ribeiro, M., Silva, M. C., Schouten, J., Ribeiro, F. B., & Sacramento, O. (2008). *Vidas na Raia*. Porto: Afrontamento.

Serrano, A. M. (2008). *Redes Sociais de apoio e sua relevância para a intervenção precoce*. Porto: Porto Editora.



VII -Anexos

Anexo 1

Questionário

Grosso, Vânia (2009)

Este questionário insere-se na investigação sobre a prostituição e as suas redes de suporte, no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica, Ramo de Psicoterapia e Psicologia Clínica, do Instituto Superior Miguel Torga. A sua colaboração é fundamental e as suas respostas são anónimas e confidenciais.

1- Data de Nascimento: ____/____/____

2- Naturalidade _____

3- Estado Civil

Solteira	Casada	Divorciada	Viúva	União de facto	Separada da União de Facto

4- Escolaridade

Não sabe ler/ escrever	Sabe ler/ escrever	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Ensino Superior

5- Experiencias profissionais? _____

6- Situação profissional actual?

Empregada	Desempregada	Reformada	Estudante	Sem Ocupação	Doméstica	Outra

6.1 Qual? _____

7- Tem filhos? Sim Não

8- Número de filhos

1	2	3	4	5 ou mais

9- Tem filhos institucionalizados? Sim Não

10- Se sim, local e tempo de institucionalização?

Nº	Local	Tempo de institucionalização	Motivo
1			
2			
3			

11- Tem autonomia financeira? Sim Não

12- Nível económico

Muito baixo (Rendimento mínimo)	Baixo (Ordenado mínimo)	Médio 600€ a 1000€	Alto 1000€ a 2000€

13- Número de elementos do agregado familiar: _____

14- Indique com quem vive

Nº	Grau de parentesco	Estado Civil	Habilitações Literárias	Profissão	Situação Profissional
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					

15- Relação com a família em geral

Muito boa	Boa	Má	Muito má	Nenhuma

16- Onde vive?

Casa Própria	Arrendada	Quarto	Casa de familiares	Casa de amigos	Instituição	Rua	Pensão	Outro

17- Condições da habitação

Boas condições	Algumas condições	Más condições

18- Tempo de prostituição?

Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Mais de 20 anos

Na condição de Prostituta, que Redes de Suporte Social?

19- Qual o motivo que a levou a esta actividade?

Sustentar dependentes	Toxicodependência	Ruptura familiar	Necessidade de dinheiro	Desemprego	Obrigada	Outros

19.1 Quais? _____

20- Satisfação com a actividade? Sim Não

21- Condições para o abandono da prostituição

Ter um emprego	Ter outros rendimentos	Abandono de dependências	Mais habilitações literárias e profissionais	Outras

21.1 Quais? _____

22- Que ganhos tem com a prática da prostituição? _____

23 – Como vê os seus clientes? _____

24- Faixa etária dos seus clientes?

Menores de 18 anos	Entre 20 e 30 anos	Entre 30 e 40 anos	Entre 40 e 50 anos	Mais de 60 anos

25- Serviços mais procurados na Associação Existências

Apoio Psicos-social	Atendimento Outreach	Atendimento em Gabinete	Fornecimento de material preventivo e informativo	Educação para a saúde e educação entre pares	Facilitação do acesso a outras entidades

Encaminhamentos	Investigação / Acção	Apoio Jurídico	Procura de bens de 1ª necessidade	Encaminhamento para estruturas de formação, para a sua reinserção

26- Grau de satisfação com a Associação Existências

Muito Satisfeita	Pouco Satisfeita	Nada Satisfeita

27- Recurso a serviços de saúde

Centro de Saúde	Hospital	Médico Particular	Outros

27.1 Quais? _____

28- Recurso a outros serviços de apoio social

Segurança Social	IPSS	Outros

28.1 Quais? _____

29- Utilização de preservativo? Sim Não

30 – As instituições dão as respostas necessárias para a prevenção de actividades sexuais de risco? Sim Não

31 – Já alguma vez foi agredida? Sim Não

31.1 Se sim, em que situação? _____

32- Bebe? Sim Não

33- Fuma? Sim Não

34- Consome drogas?

Consumidora	Ex-consumidora	Nunca consumiu

35- Se sim, que tipo de drogas consumidas?

Heroína	Cocaína	Haxixe	Comprimidos	Ecstasy	Outras drogas

35.1 Quais? _____

36- Motivo(s) para o primeiro consumo? _____

37- Contacto com o sistema de justiça? Sim Não

37.1 Em que circunstâncias? _____

Obrigada pela sua colaboração.